



**DEVEMOS COBRIR
DE SOLIDARIEDADE
E NACIONALIZAR
AS LUTAS EM CURSO**



**FORA A REITORA SUELY VILELA. ELEIÇÕES
DIRETAS PARA TODOS OS CARGOS DE DIREÇÃO
NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

Nenhuma confiança nas negociações com o Conselho de Reitores

***Realizar um Grande Acampamento para Organizar e Fortalecer
a Greve Unificada de estudantes, funcionários e Professores***

EDITORIAL

Lutas abrem possibilidade de construir outra conjuntura Nacionalizar a greve da USP e da Previdência Social

No front político nacional o que tem realmente contado são as políticas governamentais - que asseguram a lucratividade do grande capital industrial, comercial, rural e financeiro - e os importantes processos de resistência que estão em curso, como a **greve unificada dos trabalhadores e estudantes da Universidade de São Paulo e a dos trabalhadores do INSS**. De resto assistimos a uma campanha sistemática para justificar a transferência da atual crise capitalista para os trabalhadores. Os capitalistas de todos os setores estão utilizando a crise para tentar impor taxas maiores de exploração. Apoiados pela maioria dos partidos, centrais sindicais, igrejas e meios de comunicação realizam uma **potente campanha com o intuito de convencer os trabalhadores de que “não há alternativa”** por fora da ordem econômica e social estabelecida. Uma construção ideológica a serviço naturalizar todos os ataques feitos contra os trabalhadores sob a justificativa de que a crise é uma fatalidade e que o melhor a fazer é ter “paciência e aceitar o sacrifício imposto para todos”.

A **CONLUTAS** e a **CONLUTE** (agora ANEL), como referência nacional de sindicalismo independente e de atuação estudantil combativa, respectivamente, de forma escandalosa, **têm perdido oportunidades valiosíssimas para se postular realmente como direções de luta**. Para seguir o caminho de resistência efetiva estas entidades precisam romper com a política da sua direção majoritária (PSTU). Política está que vem se caracterizando pela **incapacidade em apontar para os trabalhadores e estudantes o caminho da auto-organização para enfrentar o governo e os patrões**. Como são muitos os casos do que estamos denunciando podemos nos ater no mais relevante neste momento à política perpetuada no processo em curso de mobilização na USP (que se for **vitoriosa poderá impulsionar outros processos de mobilização em todo o território nacional**).

No Congresso Nacional dos Estudantes realizado recentemente no Rio de Ja-

neiro, por exemplo, o PSTU se notabilizou por desenvolver uma política de contenção do processo de mobilização em curso, pois sustentou uma política de não estender nacionalmente o importante conflito - o mais importantes atualmente pelas bandeiras e métodos de luta empregados - com o governo do Estado de São Paulo, se negando a votar qualquer proposta concreta de mobilização nacional em solidariedade aos trabalhadores e estudantes das universidades estaduais em greve. Sua política funciona mais ou menos assim: **quando não há mobilização trata de não lutar para que as condições subjetivas para a luta se desenvolva, mas quando a mobilização esta e curso como é o caso das USP tratam de manter esta mobilização efetivamente isolada**.

A grande (sic) **estratégia de resistência nacional** em meio à continuidade da crise e dos seus nefastos efeitos sobre os trabalhadores da CONLUTAS **tem sido o abaixo-assinado nacional** para que Lula faça uma Medida Provisória (MP) contra as demissões. Na contramão da orientação atual da CONLUTAS, o central neste momento é jogar todas as forças nas mobilizações em curso, com o objetivo de nacionalizar estes processos que se configuram, a exemplo da greve dos petroleiros, em lutas que não se restringem às bandeiras defensivas - como a luta contra as demissões -, mas colocam bandeiras como aumento salarial, democracia na gestão pública, direito de livre organização sindical e estudantil. Além do mais, são mobilizações que estão enfrentando os governos nacional e do Estado mais poderoso da federação (São Paulo). Por este conjunto de fatores, **a prioridade absoluta deve ser jogar todas as fichas nestas lutas no sentido de ampliar os seus alcances como um meio privilegiado para começar a construir efetivamente um novo marco de ofensiva dos trabalhadores**.

Uma campanha nacional contra as demissões, e para que os ricos paguem pela crise, deve ter como condição primeira a mais absoluta independência política frente

passa por medidas que imponham a **garantia dos postos de trabalho, a abertura de novos, a garantia e ampliação de direitos, ou seja, medidas anticapitalistas**. Uma plataforma classista e independente só pode ser levada à frente com a mobilização direta dos trabalhadores para que imponham derrotas efetivas aos patrões e ao governo. Então, táticas como as do abaixo-assinado - proposto pela direção da CONLUTAS - devem ser encaradas como mais um meio para impulsionar a luta, e só podem ser eficazes se estiverem efetivamente à serviço da mobilização direta dos trabalhadores e estudantes.

A compreensão da etapa histórica que começamos a transitar - e o que vem pela frente é um aprofundamento da crise -, com todas as perversas conseqüências que encerra, exige uma reposta **dos trabalhadores e dos estudantes à altura das circunstâncias**. Isto implica, necessariamente, que as lutas em curso, e as que irão surgir, se convertam em **lutas profundamente políticas**, o que é estratégico para a recomposição do movimento operário e estudantil. Neste marco, a luta dos funcionários estudantes da USP tem uma importância fundamental. A radicalização do método (greve por tempo indeterminado, piquetes, enfretamento com a PM), deve ser acrescida pela **aposta por uma maior radicalização política** que imponha, em primeiro lugar, a **saída imediata da PM e da Reitora Suely Vilela e a reincorporação de Brandão**. Neste marco podemos também avançar em todas as reivindicações específicas dos funcionários, professores e estudantes. Nesta perspectiva, não podemos alimentar qualquer tipo de confiança nas negociações em curso e ter clareza de que a **única possibilidade de seguir adiante depende da organização, mobilização e aprofundamento da convergência dos setores em luta**. Para isto, PRÁXIS, tem a proposta de realizar um **Acampamento Centralizado em Frente à Reitoria com o objetivo de dar um salto político-organizativo** que fortaleça e aglutine o movimento grevista. Por todo isso defendemos:



Equipe de redação:
Antonio Carlos Soler - Rosi Santos

te ao governo, legislativo, judiciário, patrões e pelegos de toda espécie. **Não podemos abrir mão de apresentar em alto e bom tom que a saída pela crise que interessa os trabalhadores**

Fora PM e Suely Vilela! Eleições diretas já! Reincorporação imediata de Brandão! Basta de perseguição política aos que lutam! Pelo atendimento de todas as reivindicações específicas dos trabalhadores e estudantes! Não a UNIVESP! Fim do vestibular!

nacional

Crise mundial afeta profundamente realidade econômica e social no Brasil

Desemprego, arrocho salarial e maior precarização do trabalho colocam grandes desafios para movimento sindical



Já é chover no molhado afirmar que o Brasil não passa incólume à crise econômica mundial - que segue deixando “vítimas” por todo o planeta. Dados recentes dão conta de que o PIB nacional no primeiro semestre de 2009 caiu 0,8%, em relação ao 4º trimestre de 2008, e 1,8%, em relação ao 1º trimestre de 2008. Não dá mais para tergiversar, o Brasil está em plena recessão. **A análise da situação econômica não é feita de nossa parte de forma desinteressada, pois nos interessa, a partir da compreensão dos processos objetivos da crise econômica capitalista, encontrar meios teóricos e práticos que sirvam para contribuir para que os trabalhadores se organizem de maneira autônoma para enfrentar as políticas que visam superar a crise privando milhões de traba-**

lhadores dos meios de sobrevivência com o objetivo de aumentar todas as formas de exploração sobre o trabalho.

Para organizar o enfrentamento às “políticas anticíclicas” (redução e fim de impostos, investimento em obras através do PAC, empréstimo de dinheiro pública para o grande capital etc) - todas elas significam mais transferência de valor para os patrões – **é necessário encontrar formas de organização que superem, definitivamente, as antigas direções dos principais sindicatos e centrais sindicais no Brasil (CUT, Força Sindical, CGT e outras).** Dentro desta questão está situado o desafio de construirmos a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) como uma referência real de organização para enfrentar o governo e os patrões. O Problema é que,

apesar de ser um importante pólo de aglutinação alternativo à CUT e CIA, devido a uma política recalcitrante de sua direção, não tem conseguido empalmar um processo de luta efetivo contra as demissões que assolam milhares de trabalhadores aqui no Brasil. Desta forma, o que mais interessa, a nosso ver, é discutir como superar, em meio a uma das crises mais severas da história do capitalismo, a defensiva do movimento de massas, particularmente o movimento operário, para trazer à tona alternativas do ponto de vista do trabalho. Mas, antes, é importante realizar o exercício de acompanhar da forma mais objetiva possível a (in)evolução da situação econômica que, como todos sabem, depende em última instância de como as classes estão se comportando e passarão a se comportar no próximo período.

A evolução da crise no mundo

A economia mundial continua em contração apesar das pouquíssimas, mas muito festejadas melhoras. Apesar da melhora da situação na China, devido a investimentos governamentais, os países centrais continuam em profunda recessão. No mercado imobiliário - primeiro setor a manifestar a crise - o preço das residências continua a cair, além do mais, segundo Roubini¹, “com o aumento dos preços das commodities possa sabotar uma recuperação sustentável, por pesar nos bolsos dos consumidores e nos custos da produção industrial”. Segundo o mesmo analista, “investimentos governamentais e o consumo privado tem contribuído para amenizar o resultados negativos do primeiro bimestre do ano, mas com o fechamento de fábricas de auto-

móveis e a não-renovação de empregos temporários podem causar um repique nos pedidos de seguro desemprego e o fechamento de postos de trabalho.”

O caráter global, na origem e extensão da crise econômica, que levou o planeta para uma recessão profunda e prolongada, vem se confirmando sistematicamente. **Além das dificuldades inerentes dos EUA como epicentro da catástrofe atual, o continente europeu demonstra uma série de “inércias” que não tem lhe permitido avanços significativos para debelar as principais causas da crise instalada.** Apesar da forte intervenção no sistema bancário com a semi-estatização de quase todo o seu sistema, a Grã-Bretanha registrou um declínio trimestral histórico, com a pro-

dução de veículos caindo a 55 % em relação à 2008. Análises afirmam que os países europeus devem acusar a recessão de forma mais severa dos que no Estados Unidos, isto deve ocorrer porque os pacotes de estímulo estão sendo lançados de forma muito mais lenta. Comparando o encaminhamento dado aos “papeis tóxicos” e à insolvência dos empréstimos imobiliários, os EUA já deram “estímulos” de US\$ 1,1trilhão, já os governos europeus só sanearam 25% dos US\$ 1,4 trilhão de ativos poderes. Este atraso terá influência na recuperação econômica em outros continentes, pois 25% das exportações estadunidenses “incluído artigos de grande valor, como reatores nucleares e aviões, vão para a EUA, com empresas



americanas, como McDonald's e Google, contabilizando parte cada vez maior de suas receitas na região²² Já o crescimento na China e na Índia, devido a seu ritmo, não terá o volume necessário para superar a recessão Européia.

Além da maior complexidade política e econômica encontrada no conti-

nente europeu, é importante considerar que a situação política também se diferencia da estadunidense. Neste sentido, a **atividade sindical**, apesar das sérias desigualdades verificadas na mobilização dos trabalhadores e da juventude, **ocorre em um nível de enfrentamento aos governos e patrões em**

um patamar muito superior ao visto nos EUA, que vem realizando ataques fenomenais à classe trabalhadora³, o que, certamente, coloca dificuldades adicionais para impor pacotes (transferência massiva de capital para o setor privado) com características totalmente anti-operárias.

O pacto “Luliano”- calcado na unidade patronal, na traição e capitulação das lideranças sindicais - permite estabilidade em meio à recessão

No front político nacional o que tem realmente contado são as políticas governamentais que tem assegurado a lucratividade do grande capital industrial, comercial, rural e financeiro. Assim, no universo propriamente político - devido à manutenção da defensiva dos trabalhadores e da política conciliadora das principais centrais operárias - assistimos uma sucessão de factóides: festa com as passagens aéreas; sucessão presidencial e terceiro mandato de Lula (?); CPI da Petrobrás etc. Temas que não incidem diretamente sobre o grande problema dos últimos 8 meses: crise econômica e seus desdobramentos.

Após toda uma era de “desertificação neoliberal”, marcada por intensa privatização da economia, ataques à direitos históricos, aprofundamento da inserção subordinada do Brasil no mercado mundial e, concomitantemente, uma importante metamorfose na composição das “re-

presentação” do movimento sindical, popular e estudantil, PT, Lula e seus aliados assumem um projeto não menos audacioso: dar continuidade e aprofundar o projeto iniciado por FHC. Para tanto, se apóia em toda a estrutura sindical e política que já vinha na década de 1990 se preparando política para o “poder” - sabemos bem que na verdade estas mudanças de governo que não alteram as condições estruturais do regime político e da vida econômica nada mais fazem do que manter o poder de fato na mão do grande capital.

iniciar uma nova ofensiva contra os servidores públicos através da segunda fase da reforma da previdência, assumem o governo federal apoiados por amplos setores em um projeto onde a continuidade das políticas neoliberais, agora reforçadas por políticas de compensação social como a bolsa família, PROUNI etc. Desta forma, estava garan-

tida duas das funções mais importantes do atual Estado: manter a “ordem” política, através da perda total de independência dos principais movimentos sociais, e a “ordem” econômica através da drenagem de valor, garantida pelas altíssimas taxas de lucro obtidas na produção, comércio e no capital financeiro.

O discurso ideológico que ressalta de forma elogiosa os “fundamentos macroeconômicos” do Brasil esconde que a **manutenção da rentabilidade do capital**, através da redução dos impostos sobre produtos industrializados, a oferta de crédito pelos bancos públicos, as reservas internacionais e a transferência da crise para os trabalhadores, são **dadas pela forma como a produção e a riqueza social são apropriadas e, também, administradas pelo Estado capitalista, ou seja, todas elas condições criadas no terreno da luta de classes.**

PIB cai pelo segundo trimestre seguido...mercado interno não pode “salvar” economia brasileira da recessão

Atualmente, se verifica grande quantidade de capital dinheiro - em valores relativamente baixos - que circulam pelo mundo em busca de maior rentabilidade, pois nos países ricos a taxa de juro se aproxima de zero. **Com a crise de produção e consumo nos países desenvolvidos esta superprodução de capital tem elevado o preço das commodities e a alta das moedas, particularmente a do Real, em todo o mundo, o que tem provocado uma nova bolha especulativa.** As ainda altas taxas de juros brasileiras e as na Bovespa tem atraído grande parte deste capital ocioso o que gera grande valorização do real, criando uma dificuldade adicional em relação à exportação - o que a venda de commodi-

ties para a china apesar de se manter em relativa alta na pode sustentar o crescimento do PIB.

De acordo com as fontes oficiais, “após queda acentuada nos últimos seis meses da sinais de recuperação²⁴, segundo reportagem do Jornal do Estado de São Paulo, Luciano Coutinho exemplificou seu otimismo com “dados do Caged Geral de empregados e Desempregados (CAGED), que teve saldo positivo de 106,205 vagas em abril, e as vendas no varejo - em março, as vendas no varejo ampliado, que inclui veículos e motos e material de construção, aumentam 2% ante fevereiro e 6,5% ante março de 2008, acumulando 3,7% no primeiro trimestre”. O máximo que os dados pinça-

dos por Coutinho podem demonstrar é uma redução - não sabemos se constante ou não - na piora das atividades econômicas e não que estejamos em um patamar de saída de recuperação econômica e retomada do crescimento. A mesma reportagem traz ainda a avaliação de que “a retomada do consumo interno permitirá que a indústria reduza a ociosidade e volte a ocupar mais de 80% da capacidade instalada no início de 2010²⁵. A exemplo de outros analistas e autoridades governamentais, **o presidente do BNDS corrobora, como não poderia deixar de ser, com a fantasia de que o mercado interno brasileiro pode sustentar a retomada do crescimento do pro-**



duto interno bruto, ao passo que nem mercados internos muito maiores do que o brasileiro, como o da China, são alternativas viáveis na atual fase da internacionalização da economia para a sustentação em longo prazo do crescimento econômico.

No mesmo diário e na contramão do otimismo de Coutinho outra nota dá conta dos dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) de uma importante redução de 37,3% nas exportações de uma série de produtos assim, “tomando por base a média diária, as exportações acumuladas neste mês caíram 37,3% em relação a maio de 2008, enquanto a média de importações diminuiu 35,8%” (...) a exportação de produtos semimanufaturados teve queda de 43,8% (...) A exportação de manufaturados caíram 37,9% (...) Os embarques de produtos básicos diminuíram 33,7%”⁶. **Como ve-**

mos, está muito longe de ser garantido que o consumo interno cubra as perdas com as exportações que tem entre outros fatores a continuidade da retração do comércio internacional, do crédito e, agora, a valorização do real que encarece as exportações. Especula-se com a possibilidade de uma queda que do PIB industrial mantendo o ritmo atual pode chegar a 6% em 2009, mesmo levando-se em conta as melhoras nos indicadores dos últimos quatro meses.

Outros dados do MDIC depõem contra os arroubos otimistas dos altos signatários do governo Lula, demonstram que as exportações entre janeiro e maio de 2009 caíram 22,2%, as importações caíram 26,6%, mas o superávit, devido à queda ainda maior das importações, foi de 10,4%, assim, o saldo comercial em maio foi de US\$ 2,6 bilhões, uma redução de 28,6% em re-

lação à abril. A queda de 7,7% das exportações para a China foi significativa para a retração total das exportações⁷. No setor industrial a economia brasileira também não vai nada bem. No acumulado de janeiro a abril de 2009 se registrou o pior desempenho, 14,7%, para o período desde 1991, ano em que o IBGE iniciou este levantamento. Mesmo com a aposta no consumo doméstico (famílias⁸ e governo) que, segundo algumas estimativas, deverá ser responsável por 100% do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo semestre de 2009, o Brasil deve amargar um “crescimento” do PIB, se é que haverá, muito próximo de zero. Outra aposta é que a taxa básica de juros (SELIC) chegue a 5% no fim do ano. **Na verdade já é líquido e certo que a economia no segundo trimestre de 2009 continua recuando caracterizando a “recessão técnica”.**

Trabalhadores não devem seguir pagando a conta da crise

A chantagem capitalista contra os trabalhadores com o crescimento do exército de reserva de força de trabalho nestes momentos de crise ganha novas dimensões. Os patrões aproveitam estes momentos de crise, o atraso na consciência das massas trabalhadoras, provocados pela ideologia dominante, produzidas e reproduzidas nas igrejas, sindicatos pelegos, partidos da ordem etc-, para tentar impor taxas maiores de exploração. **O amálgama ideológico resultante é de que “não há alternativa” às medidas “anticíclicas” que estão sendo colocadas em prática, assim, é “necessário unir patrões e trabalhadores” para superar a crise para que se possamos voltar à “normalidade”.** Concretamente, esta construção ideológica está a serviço direto de tentar naturalizar todos os ataques feitos contra os trabalhadores sob a justificativa de que a crise é uma fatalidade e que o melhor a fazer é ter paciência e aceitar o sacrifício imposto para todos.

A concordata da GM nos EUA - com o fechamento de até 14 fábricas e com a previsão de demissão de 21 mil trabalhadores - negociada com o sindicato nacional dos trabalhadores de montadores, autopeças e do setor aeroespacial (UAW sigla em inglês), além das demissões, liberará

a GM de pagar US\$ 20 bilhões de uma dívida de US\$ 55 bilhões com os aposentados - se insere na lógica de que “não há alternativa por fora da acumulação do capital”. Mesmo o governo estadunidense investindo mais de 30 bilhões, para que a gigante do ramo de automóveis não vá à bancarrota total, se tornando sócio majoritário da empresa, Obama declara o seu constrangimento dizendo o governo será um acionista que não vai interferir no dia-a-dia da “nova GM”. Ou seja, **mesmo com todo o dinheiro público - que para manter os empregos e serviços públicos básicos não está disponível - empenhado na mega-operação de salvamento da GM (a exemplo do que fez no sistema bancário) bancarrota, a sacrossanta propriedade e controle privado serão mantidos.** Exemplo mais claro e contundente do papel dos governos burgueses em todo mundo, inclusive no Brasil, no sentido de fazer todos os “esforços” para garantir a lucratividade em meio à crise histórica de valorização do capital, não poderia haver.

No Brasil temos alguns exemplos de como patrões e governos mexem as peças para transferir a crise para os trabalhadores. Nesta engenharia temos as já

citadas reduções de impostos, redução de verbas para os serviços públicos, precarizando ainda mais o atendimento às populações trabalhadoras, a transferência direta de verbas públicas através dos empréstimos, da redução de salários, das horas extras etc, ou seja, um rol de medidas anti-operárias. Temos vários exemplos de como o Estado e a dominação política é fundamental para, principalmente nos momentos de crise, restabelecer e garantir a exploração contra os trabalhadores. Um dos mais evidentes hoje é o caso da mineradora Vale do Rio Doce. **A Vale - empresa estatal que foi privatizada em 2007 por preço de banana (R\$ 3,3 bilhões) -, bate recordes anuais de lucratividade, apenas em 2008 lucrou R\$ 21 bilhões.**⁹ Temos no caso da Vale um exemplo emblemático de como o governo, os patrões (inclusive os fundos de pensões administrados por ex-sindicalistas ligados à Articulação) e as burocracias sindicais operam para que os trabalhadores paguem (e caro) pela crise. E apesar de ser uma empresa que foi praticamente doada pelo governo ao capital privado, do lucro fabuloso obtido nestes últimos anos e do capital acumulado a Vale não titubeou no final de 2008 ao demitir 1300 trabalhadores diretos. ►



A CONLUTAS perdeu oportunidades importantes no sentido de realizar o enfrentamento direto e massivo contra as demissões em São José dos Campos, tentou transformar a derrota¹⁰ na Embraer, que demitiu 4.200 trabalhadores, em vitória. Agora apresenta uma campanha de abaixo-assinados para “sensibilizar” (sic) o presidente para que este faça uma Medida Provisória (MP) contra as demissões. Não se trata de defender aqui que não podemos ter iniciativas intermediárias - como os abaixo-assinados, por exemplo - se servem para gerar discussões entre os trabalhadores para que lutas efetivas possam ser realizadas. Com qual estratégia e meios estes instrumentos são trabalhados. Dizemos isso porque uma proposta de abaixo-assinado, ou qualquer outra iniciativa, em meio ao turbilhão de demissões e outros ataques, deve ter como ponto de partida um discurso político que não gere mais ilusões de que o governo ou qualquer outra esfera do Estado capitalista possa solucionar os nossos problemas fundamentais.

No Site oficial da CONLUTAS lemos que “o objetivo principal do abaixo-assinado é ganhar os trabalhadores para a necessidade da luta e da resistência contra os ataques dos patrões e dos governos e pelas nossas principais reivindicações”, uma leitura mais aguçada deste trecho em sua conexão com as demais idéias contidas na nota podem revelar qual é o verdadeiro conteúdo desta campanha. Dentre outras coisas, a nota omite que o principal ponto de apoio dos patrões para seguir demitindo, arrojando salários e per-

Não há saída sem apostar na mobilização direta dos trabalhadores

seguindo as lideranças combativas do movimento social é o próprio governo Lula e as centrais pelegas a ele atreladas. O texto continua nos seguintes termos: “Neste sentido, a CONLUTAS segue propondo as demais centrais sindicais a realização de um dia nacional de lutas e paralisações contra as demissões e a redução de salários e direitos, para que sejam os ricos que paguem pela crise”.¹¹

A direção da CONLUTAS não faz nenhuma análise crítica do que foi a mobilização no dia 30 de março em unidade com as centrais governistas. No mesmo dia da manifestação no centro da cidade de São Paulo o governo estendia a redução dos impostos sobre produtos industrializados por mais três meses e, simultaneamente, montadoras anunciavam novos planos de demissões. Aqui cabe esclarecer que não se trata de que nunca devemos fazer unidade de ação com outras centrais se esta pode levar a mobilização dos trabalhadores e ao avanço na sua consciência. O caso é que a unidade que a direção da CONLUTAS tem levado à cabo não tem como condição o diálogo direto com os trabalhadores dirigidos por estas centrais e a denuncia do papel que cumprem para o isolamento das categorias, entrega de direitos adquiridos, redução de salários, defesa das condições sociais postas (são campeões em dizer que “não há alternativas”) e defesa do governo Lula¹² Um claro exemplo de como opera politicamente a CONLUTAS é a postura em relação à mobilização contra o governo Serra levada à cabo pelos trabalhadores e estudantes da USP e demais universidades estaduais. É claro que parte deste relevo também por se tratar de uma verdadeira cerco tático, não apenas para o funcionalismo e estudantes no Estado de São Paulo, mas, também, para o conjunto do movimento social brasileiro. Ou seja, se for vitoriosa poderá impulsionar outros processos de mobilização no em todo o

território nacional. Diante deste quadro cabe a CONLUTAS e as demais organizações operárias e estudantis comprometidas em construir uma saída operária e socialista para a crise econômica. A mobilização ofensiva/defensiva nas universidades públicas estaduais hoje constitui o principal enfrentamento da luta de classes no Brasil. Neste sentido a CONLUTAS deveria transformar este movimento na sua prioridade máxima, não apenas com declarações de apoio como vemos em seu Site, mas convocando manifestações concretas

as de apoio em todo o Estado e nas categorias em que dirige, como é o caso dos metalúrgicos de São José dos Campos.

Uma campanha nacional contra as demissões e para que os ricos paguem pela crise deve ter como condição primeira a mais absoluta independência política frente ao governo, legislativo, judiciário, patrões e pelegos de toda espécie. Não podemos abrir mão de apresentar em alto e bom tom que a saída para a crise que interessa os trabalhadores passa por medidas que imponham a garantia dos postos de trabalho, a abertura de novos, a manutenção e ampliação de direitos... Isto só é viável com a redução da jornada de trabalho, a expropriação das empresas que demitirem, que as verbas públicas sejam aplicadas em obras públicas, ou seja, com medidas anticapitalistas. Uma plataforma classista e independente só pode ser levada à frente com a mobilização direta dos trabalhadores que imponham derrotas efetivas aos patrões e ao governo. Então, a forma como o abaixo-assinado, proposto pela direção (PSTU) da CONLUTAS não se constitui como um meio eficiente para impulsionar a luta. Assim, a condução desta campanha de abaixo-assinados coloca em sério risco o principal objetivo, que deve ser a mobilização efetiva dos trabalhadores. ■

¹ Nouriel Roubini. CartaCapital, nº 548, 3 de junho, p.63.

² Antony Faiola. The Washington Post in O Estado de São Paulo, p. B8, 26 de maio.

³ Com a concordata da GM espera-se fechar até 20 fábricas, demitir 21 mil trabalhadores sindicalizados (de um total de 54 mil) e representados pela ultra-pelega UAW (United Auto Workers).

⁴ Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS).

⁵ Ana Warth. O Estado de São Paulo, p. B5, de 26 de maio.

⁶ Renata Verissimo. O Estado de São Paulo, p. B7, 26 de maio.

⁷ Juliana Rocha. Folha de São Paulo, p. B5, 2 de junho.

⁸ Pesquisa com 500 consumidores de todas as classes sociais, na Grande São Paulo, revelou que 40% dos entrevistados não cortaram compras de produtos e serviços por causa da crise. (Marcelo Rehder & Márcia De Chiara. O Estado de São Paulo, p. B3, 7 de junho).

⁹ Em dividendos para seus acionistas a empresa vai distribuir o equivalente a mais de duas vezes seu preço de compra. Em 2008, a mineradora pagou a seis executivos cerca de (mais que o dobro pago pela Embraer). O caixa atual da empresa (US\$ 12 milhões) poderia manter os trabalhadores empregados por seis anos.

¹⁰ O TRT de Campinas além de manter as 4270 demissões dos trabalhadores da Embraer, retirou anulado decisão anterior de conceder um salário além do previsto na CLT (leis trabalhistas). Assim, todo o castelo de areia construído pela direção da Conlutas de que a decisão do TRT era contraditória, pois se tratava de “uma vitória política” cai por terra.

¹¹ Ver nota integralmente no site www.conlutas.org.br



Fora Suely! Eleições diretas para todos os cargos de direção já!

nenhuma confiança nas negociações com o Conselho de Reitores! É hora de avançar na mobilização!

Realizar um Grande Acampamento para Organizar e Fortalecer a Greve Unificada de Estudantes, Funcionários e Professores

Na tarde do dia 9 de junho, Serra/Suely¹ deixaram claro - para quem tinha alguma dúvida - qual é a forma que irão tratar a Greve Unificada de todos os setores da USP. Após a manifestação em frente ao portão central contra a PM no interior da universidade, foi montada uma **provocação com o objetivo de reprimir a crescente mobilização da comunidade acadêmica**. A partir daí, estudantes e funcionários foram perseguidos e atacados com bombas e balas de borracha e acabaram se refugiando no prédio dos cursos de História, Geografia e Ciências Sociais. Houve feridos por cassetete, inclusive um fotógrafo da Folha de São Paulo, e pelas bombas de “efeito moral”. Brandão² ao ir a socorrer companheiros presos também acabou sendo agredido e detido pelos policiais. A polícia, sob as ordens de Serra/Suely, montou uma verdadeira praça de guerra no inteiro da universidade.

Serra sabe que a livre organização e manifestação criam tempos e espaços propícios para que a comunidade acadêmica e o conjunto da sociedade captem quais são as reais intenções dos seus projetos e elaborem propostas alternativas, por isso vai insistir na tática de tentar aterrorizar

o movimento, não é a toa que declarou que “A polícia não cometeu nenhum exagero e obedeceu a uma ordem judicial. A reitora pediu [reintegração de posse] e o juiz determinou que a PM entrasse para assegurar o livre ingresso e a saída da universidade”³ **Após a vitória parcial da ocupação de 2007, o governo e a reitoria vêm criando condições favoráveis através de várias decisões políticas-administrativas, dentre elas a “legalização do uso da força policial” para resolver conflitos no interior da universidade.** Isto porque Serra quer impor o fim da autonomia universitária e centralizar em seu gabinete as decisões fundamentais da universidade, aplicar um projeto de ensino que precarize diretamente o ensino em algumas áreas - particularmente nas humanas - através da Univesp⁴ e aprofunde a elitização em outras.

O governo Serra realiza de forma combinada uma série de ataques aos funcionários públicos do Estado. Um claro exemplo do que estamos falando são os Projetos de Leis Complementares 19 e 20, estes consistem em ataques diretos contra conquistas dos professores do ensino público básico dos últimos 30 anos de luta. **A greve dos funcio-**

nários, estudantes e professores das universidades públicas estaduais hoje constitui o principal enfrentamento da luta de classes no Brasil. Devemos dar o devido destaque para este movimento, pois está inserido no marco da crise econômica mundial e, mais especificamente, do enfrentamento das políticas anti-cíclicas aplicadas pelos governos capitalistas em todo o planeta. A exemplo do governo federal, o governo Serra realizou um contingenciamento orçamentário de bilhões como fundo para socorrer bancos e o grande capital de maneira geral. Diante deste quadro, **cabe a CONLUTAS e as demais organizações operárias e estudantis comprometidas em construir uma saída operária e socialista para a crise econômica** - que hoje passa taticamente pela derrota de Serra e seu projeto privatista para o ensino público - encarar a greve em curso nas universidades públicas de São Paulo como tarefa central.

Esta mobilização combina uma série de reivindicações de ordem políticas e econômicas. Tem um papel importante porque **escapa aos limites defensivos que tem caracterizado a maioria das mobilizações na conjuntura**

em que vivemos. A luta nas universidades estaduais se trata de um verdadeiro cerco tático, não apenas para o funcionalismo e estudantes mas, também, para o conjunto do movimento social. Ou seja, se for vitoriosa poderá impulsionar outros processos de mobilização em todo o território nacional. A greve unificada segue se fortalecendo, mas sofre cotidianamente ataques dos grandes meios de comunicação. Além da repressão policial, está em curso uma poderosa campanha para tentar desqualificar as legítimas reivindicações do nosso movimento. É fundamental **intensificarmos as ações que permitam dar mais visibilidade e centralidade para o movimento grevista, permitindo realizar de forma mais intensa, a denúncia de Serra e seu projeto de destruição da universidade pública no Estado.**

Após **utilizar abertamente a força** para inviabilizar a livre organização do movimento sindical e estudantil, e uma ampla campanha de difamação nos grandes meios de comunicação sem que nenhuma das duas táticas tivesse os resultados esperados, pois a mobilização dos setores em luta só tem crescido - prova



disso foi o grande ato realizado na quinta-feira, dia 18 de junho - o **Conselho de Reitores** chamou para o dia 22 de junho uma “negociação” que teve claramente o **objetivo de confundir os setores em luta**. Nesta negociação não foram objeto de debate as pautas política do movimento como a renúncia da reitoria, a saída definitiva da PM dos campi e a reintegração de Brandão, o fim da UNIVESP...o que consideramos um grave equívoco político do Fórum das Seis, pois abrir mão destas bandeiras se constitui uma capitulação e uma situação onde se pode avançar na mobilização e impor a derrota de Serra/Suely e de toda a burocracia universitária. Mesmo diante deste recuo na pauta de reivindicações o Conselho de Reitores manteve a absurda proposta de um reajuste salarial de apenas 6%. Está demonstrado de maneira cabal que **não podemos abrir mão do centro da nossa luta: transformar as relações de poder no interior da universidade**, permitindo que o poder seja transferido para a maioria, ou seja, estudantes, funcionários e professores. Abandonar este centro em nome de “salvar” as reivindicações econômicas em um momento onde se pode retomar a ofensiva vai criar condições mais favoráveis para que Serra/Suely implementem o conjunto do seu projeto. Pensamos também que **não podemos sentar à mesa com Suely Vilela**, pois se trataria de aceitar a sua autoridade, o que significa na prática abrir mão da consigna política central e do eixo aglutinador da nossa luta que é Fora Suely.

As reivindicações levantadas pelos setores em luta, tais como, Fora Suely; Eleições

Diretas; Readmissão de Brandão; Fim de todos os processos políticos-administrativos; Livre Organização e Ocupação dos Espaços Estudantis; Fim da Universidade Virtual; Reposição Salarial; Estabilidade no Emprego... **só irão ser atendidas com a ampliação e o fortalecimento da mobilização unificada em curso**. Muitos setores (como o PSTU e o PSOL) começam a festejar o possível adiamento da implantação da Universidade Virtual e o chamado do Conselho de Reitores para negociação como uma vitória...começam, a partir daí, orientar seu discurso para o recuo da mobilização, posição que se confirmada configuraria uma clara capitulação, pois existe muito espaço para avançar. Hoje, **não continuar lutando pelo principal da pauta de reivindicações,**

conforme citado no parágrafo anterior, tendo possibilidades objetivas para avançarmos se constitui na pior forma de derrota, ou seja, na derrota pela injustificável capitulação diante de um inimigo que se pode vencer.

Avaliamos que o **movimento de enfrentamento com Serra/Suely pode dar novos passos políticos-organizativos**. Estamos em um movimento ofensivo, de unidade estratégica entre trabalhadores e estudantes, que enfrenta de forma combinada a política anti-cíclica no Estado de São e o projeto não menos central para os governos burgueses de sucateamento e privatização dos serviços públicos. Neste sentido, apresentamos uma proposta que visa **dar um novo passo político-organizativo** para que o movimento neste momento -

onde Serra/Suely buscam retomar a ofensiva - possa seguir se fortalecendo no sentido de adquirir mais organicidade e visibilidade política. Propomos, então, realizar um **Acampamento Centralizado em frente à Reitoria até que as exigências do movimento sejam atendidas**. Esta medida cria condições para um poderoso processo de aglutinação política dos estudantes, funcionário e professores no interior da universidade, como ações que irão **fortalecer a mobilização unitária, massiva e permanente**, além de permitir a ocupação efetiva do espaço universitário, piquetes comuns, unificação das Assembléias e do Comando de Mobilização, bem como debates sistemáticos em torno da nossa pauta de reivindicações e a condução democrática da greve.

Um programa claro de mobilização

Em primeiro lugar, essa luta tem uma reivindicação de fundo político e não meramente econômico. A evolução da luta e a postura que tomou Suely Vilela, como testa de ferro de José Serra na repressão ao movimento na USP, colocou como eixo articulador da luta unificada a consigna de **FORA SUELY E ELEIÇÃO DIRETA PARA REITOR E TODOS CARGOS DE DIREÇÃO**. Assim, não podemos nos perder em um emaranhado de consignas sem hierarquia e articulação interna claras, o que dilui o verdadeiro conteúdo da luta em curso. Quebrar o processo de caça às bruxas desenvolvido pela Reitoria contra os principais ativistas sindicais e estudantis, que nesse momento se concretiza na **IMEDIATA READMISSÃO DE BRANDÃO** e no **FIM DE TODOS PROCESSOS** em razão das lutas que ocorreram na USP. Dessa forma, quebraremos com a tentativa da Reitoria e do Governo Serra de enquadrar o movimento. Aqui também entra a reivindicação democrática de **DEFESA E AUTO-**

NOMIA DOS ESPAÇOS ESTUDANTIS, que têm sido sistematicamente atacados pela reitoria e os diretores das faculdades. Outro ponto em comum entre todos os setores em luta é o **NÃO A UNIVESP e FIM DO VESTIBULAR**. Esta proposta de universidade a distância, ao contrário do que afirma a propaganda governista, só vem para aprofundar o caráter elitista da USP. A USP deve abrir suas portas para milhares de trabalhadores, possibilidade que a atual estrutura da universidade e sua respectiva elitização impede os setores populares de entrarem. **LUTAR CONTRA A AMEAÇA DE DEMISSÃO DE MAIS DE 5 MIL FUNCIONÁRIOS E CONTRA O ARROCHO SALARIAL** a que estão submetidos os trabalhadores da USP também é decisivo nesta conjuntura de crise econômica e demissão em massa. Nesse aspecto os trabalhadores da USP têm os mesmos problemas de todos os trabalhadores do país submetidos à política de ajustes econômicos (arrocho e demissões) levada a cabo pelos governos capitalistas como o de Lula.

Os acontecimentos que se seguiram a partir do dia 5 de março na Universidade de São Paulo (USP), data em que foi deflagrada a greve dos funcionários, por seu profundo significado merecem que façamos um balanço inicial



No dia 20 de maio foi realizada uma importante Assembléia de Estudantes com mais de 300 pessoas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo⁵ (FAU). Apesar de uma parcela importante dos estudantes demonstrarem uma **crescente disposição de luta**, devido à intervenção claudicante da direção (PSTU, apoiado pelo PSOL) do Diretório Central dos Estudantes (DCE) se limitou a votar apenas por mais uma Assembléia na próxima semana. Na ocasião já era possível votar uma proposta concreta de paralisação e outras atividades (atos, passeatas) em solidariedade aos funcionários em greve há 15 dias pelos eixos comuns de luta tirados entre funcionários, professores e estudantes e específicos dos estudantes.

As resoluções - graças a **política claramente anti-mobilização da direção do DCE** - não apontaram para lugar algum. Este resultado inicial teve dois responsáveis diretos, por um lado o PSTU que dirige o DCE e tinha maioria na assembléia. O problema é que predominou - e irá predominar em outros momentos - um cálculo mesquinho e estranho às necessidades da luta, fazendo com que os estudantes não saíssem armados com uma data de início da greve estudantil e nem com um calendário de luta que

possibilitasse aos estudantes em conjunto com dos demais estudantes das estaduais paulistas enfrentarem os ataques da reitoria e do governo Serra. Por sua vez, um importante setor encabeçado pelo Movimento Negação da Negação

(MNN) sustentou durante toda assembléia uma posição sectária, isto é, que a greve deveria ser votada naquele momento, sem demonstrar nenhuma preocupação com a sua preparação.

Também nos chamou a

atenção a passividade dos companheiros de *A Plenos Pulmões* (LER-QI), sobretudo se levarmos em conta sua responsabilidade como co-direção do SINTUSP. Suas intervenções giraram em torno de

Balanço do Congresso Nacional dos Estudantes

O Congresso Nacional dos Estudantes (CNE), realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha do Governador, teve a participação de 1.500 delegados que representavam estudantes de vários Estados e universidades. Mesmo tendo ocorrido em uma importante conjuntura de luta de classes (Greve Unificada nas universidades paulistas), a direção hegemônica do CNE - PSTU - se recusou a transferir o Congresso para São Paulo, mais particularmente para dentro da Universidade, o que permitiria que o clima, as discussões e resoluções do Congresso expressassem este acontecimento fundamental.

O CNE foi marcado por **todo tipo de manobra**. O Cronograma do Congresso foi alterado por mais de uma vez porque em vez de priorizar as discussões o PSTU ficou o tempo todo tentando fazer auto-propaganda, o que atrasou todo o andamento das discussões. No último dia do CNE o golpe final foi dado. Fundaram uma "entidade" (Assembléia Nacional dos Estudantes Livre - Anel) antes de discutir quais eram a sua base político-programática, estatuto, plano de lutas etc. É isso mesmo, votaram a forma/organização antes do conteúdo/política.

Mais uma vez, **a direção da juventude do PSTU se comportou como aprendiz de burocrata** e não deixou aprovar nenhuma proposta de luta concreta para apoiar a mobilização dos estudantes e trabalhadores da USP em greve e enfrentamento direto com o governo do Estado de São Paulo. **Da nossa parte (PRÁXIS)** apresentamos sistematicamente - nos grupos, através de panfletos, na plenária final - **propostas no sentido de que nacionalizar a luta das universidades paulistas, começando por propor um acampamento centralizado em frente à reitoria da USP e um Dia Nacional de Paralisação em Apoio à Mobilização**, propostas que foram rechaçadas com o argumento de que não havia condições nos Estados para esta proposta e que devemos organizar atividades para o segundo semestre (sic). O problema é que **uma direção que se pretende revolucionária não pode raciocinar de maneira rotineira e burocrática - como tem feito o PSTU - diante de uma luta pode influenciar toda uma conjuntura**. Na verdade, não se trata de falta de condições na base para realizar um dia de paralisação ou outras atividades em solidariedade, mas de que fidelidade canina a sua orientação nacional (exigência a Lula apenas), por isso quando podem vetam qualquer proposta que signifique impulsionar de fato a mobilização.

Assim o CNE foi desastroso na sua totalidade. Prova disto é que a única proposta de "luta" votada foi a "Nota pública exigindo de Lula o repúdio a presença da PM no campus da USP". Assim, **toda política do PSTU foi mais uma vez a de criar expectativas no governo LULA, pois abandonou o campo da denúncia e das táticas que impulsionam a mobilização direta contra o governo**. Isto em âmbito mais geral se reflete na política de priorizar o abaixo assinado de exigência que Lula faça uma medida provisória impedindo as demissões.



questões gerais, se abstendo de uma luta para votarmos uma data concreta do início da greve. Ante a passividade burocrática do PSTU e ao sectarismo do MNN, ao invés de propor a greve a partir da próxima semana se abstiveram na principal votação que foi sobre o início da greve ou não. Desta forma, foi aprovada apenas mais uma assembleia para o dia 28 de maio e a participação no ato dos funcionários em frente à reitoria no dia 25 de maio.

DCE da USP deixa vazio político, cria divisão entre estudantes e mantém política anti-mobilização

Mediante a tendência crescente de mobilização e enfrentamento dos estudantes, o vazio político deixado pela direção do DCE causou uma perigosa fragmentação do movimento frente aos enormes desafios colocados pela truculência de José Serra (governo do Estado de São Paulo pelo PSDB) e Suely Vilela (Reitoria da USP). Assim, diante da truculência da reitora, que não permitiu a entrada de Brandão (líder sindical demitido por perseguição política) na negociação no dia 25 de maio e da ausência - inclusive física - da direção do DCE, um setor dos estudantes que participaram do Ato ao não ter uma única orientação para lutar realiza-

ram uma ocupação parcial da reitoria. **A ausência política da direção do DCE e de outros setores que têm responsabilidade efetiva na direção do movimento e a política sectária (MNN e outros) levou os estudantes à divisão frente a esta ação.** Para coroar a sua ação antimobilização, a direção do DCE se ausentou politicamente da cena e, logo após a ocupação da reitoria e da divisão notória entre os estudantes, apreze e propõe, para “organizar” os estudantes, uma plenária que acabou votando pela retirada das dependências da reitoria.

Na Assembleia do dia 28 de maio a direção do DCE não mudou de postura política e continuou com a tática de adiar o movimento grevista dos estudantes. Agora a proposta da direção do DCE (Pstu apoiado pelo Psol) era a de um “indicativo de greve para discutir nos cursos”, ou seja, mais uma vez apostaram nas tendências contrárias à luta. Outros setores (MNN e Cia) propunham a “greve imediata com radicalização” e a Lerq “greve a partir do dia 4 de abril”. A formulação, a nosso ver, que captava melhor a dinâmica ascendente da mobilização era a da “greve imediata” tendo claro que a dinâmica e as necessidades do movimento são os que defi-

nem melhor as táticas a serem adotadas no decorrer da luta. Votou, assim, pelo indicativo de greve. **A partir daí a direção do DCE apresentou uma proposta escandalosa,** a de fazer a próxima assembleia apenas no dia 10 de junho, véspera de feriado e do Congresso Nacional dos Estudantes. Esta proposta se passasse colocaria o movimento na geladeira durante duas semanas ao passo que os enfrentamentos com a reitoria já indicavam uma radicalização do processo. Felizmente essa proposta foi derrotada e a próxima assembleia foi marcada para o dia 4 de junho.

Mediante a repressão policial contra a liberdade de organização dos trabalhadores da USP estudantes votam pela greve

No dia 1 de junho, a “força tática” da **polícia militar** do Estado de São Paulo, **sob as ordens da reitoria e do governo Serra, atentou contra o direito democrático de livre organização sindical dos funcionários da USP,** dispersando os grevistas que realizavam o piquete (método histórico, democrático e legítimo de efetivação da vontade da maioria dos trabalhadores em luta) em frente à Reitoria. Este fato é a gota d'água! A greve dos funcionários, que articula uma série de reivindicações decisivas para a manutenção do caráter público e democrático da USP, tais como, a liberdade de organização sindical e estudantil (violenta pela demissão de Brandão e pela enxurrada de processos e indiciamentos de estudantes e funcionários), mais verbas para a educação, manutenção dos postos de trabalho, qualidade de ensino (hoje sintetizada na luta contra a instituição da Universidade Virtual), deveria ser co-

berta de solidariedade pelos estudantes e professores.

A Assembleia do dia 4 de junho já se deu em um patamar totalmente distinto de mobilização, pois a ação da tropa de choque sob as ordens da reitoria fez o pêndulo se voltar para a proposta de greve. Infelizmente devido a aprovação de um encaminhamento onde as propostas deveriam ser discutidas diretamente sem avaliações prévias se perdeu uma grande oportunidade de fazer um grande exercício de avaliação da situação geral da luta na USP. Mas, de qualquer forma, esta Assembleia foi fundamental, pois acabou votando pela greve dos estudantes, o que colocou em outro patamar a mobilização pela derrubada da reitora, pelas eleições diretas, pelo fim da Univesp, pela reincorporação de Brandão e pelo atendimento a todas as pautas econômicas dos funcionários.

Após ataque da Tropa de Choque direção do DCE age de forma burocrática...

Após os ataques da tropa de choque, parte dos alunos se refugiou no interior do prédio da História e Geografia, parte tomou a avenida em frente aos prédios da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) para realizar uma assembleia/vigília e exigir a libertação dos presos políticos e discutir novos encaminhamentos. Mesmo com a maioria dos estudantes a favor de realizar uma assembleia na avenida ocupada a direção do DCE após discussões no interior do prédio da história não encaminhou a vontade da maioria. Um membro de DCE simplesmente impediu que estudantes falassem ao microfone para encaminhar a proposta vitoriosa de realizar a assembleia na avenida.

A Assembleia foi instalada



e prontamente uma mesa de coordenação dos trabalhos foi eleita. Passados vários minutos do início da Assembléia, os membros do DCE tentam uma manobra para estabelecer burocraticamente a direção da mesa. Após um encaminhamento tumultuado, a maioria dos estudantes repudiou a proposta que os membros da

direção do DCE assumissem a mesa dos trabalhos.

Temos mais um exemplo do *modus operandis* desta direção. É impressionante a regularidade da **conduta burocrática desta corrente estudantil**. No episódio mais difícil até aqui desta jornada de luta contra a reitoria tentam boicotar a Assembléia sobe-

rana dos estudantes e como não conseguem querem tomar a força a direção da assembléia com uma manobra primária. Durante todo o processo nunca procurou desenvolver políticas que fossem pontes para impulsionar a mobilização dos estudantes, pelo contrário, se dedicaram a serem os **porta-vozes do**

atraso e os dirigentes da vontade de não-lutar, sem falar nos vazios políticos que levaram à fragmentação dos estudantes. Houve Assembléias em que impuseram o expediente do “decurso de prazo”, impondo o fim da assembléia com uma série de questões importantes a serem discutidas e votadas. ■

¹ Referencia a José Serra (governador do Estado de São Paulo pelo PSDB) e Suely Vilela (Reitoria da Universidade de São Paulo).

² Diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) demitido por razões políticas.

³ Declaração de José Serra, após encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), sede provisória da Presidência da República.

⁴ Sigla de Universidade Virtual de São Paulo.

⁵ Que já vivia um processo de mobilização de estudantes e professores devido às intervenções no prédio

– símbolo internacional arquitetura - sem nenhuma consulta à comunidade acadêmica.

unifesp

Por Rosi Santos

Já basta exigimos a inauguração imediata do Bandeirão e atendimentos a todas as reivindicações do Movimento Estudantil

“Somente a luta muda a vida”

Passados mais de três anos de criação dos novos campi de expansão da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), e apesar das lutas travadas, **os estudantes não contam com a mínima estrutura.** A falta de investimento faz com que os campi de Santos, Guarulhos, São José dos Campos e Diadema continuem até hoje **sem contar com os prédios e infra-estrutura originalmente previstos no tão alardeado projeto de expansão do Ensino Superior do governo Lula.**

No campus de Guarulhos, para se ter uma idéia, foi apresentado o projeto no início das obras em 2007, mas não saiu do papel, sendo adiado para início de 2008, estamos em 2009 e nada. Com a **queda do reitor** - vitória parcial do movimento, se estabeleceu no poder no início deste ano o novo reitor, Walter Albertoni. Além do novo diretor acadêmico, Marcos César Freitas. **Nenhuma destas figuras trouxe para comunidade acadêmica nada de mais progressivo ou diferenciado da antiga gestão, pelo contrário.** Para se consolidarem no cargo fizeram marketing em torno ao início das obras, colocação da fachada da universidade e construção do **restaurante universitário** temporário, feito de madeira e teto similar ao amianto, que **espera pela inauguração a mais de dois meses.**

Porque devemos lutar...

Nada de estrutural, neste ou nos outros campi, mudou. O que vem mudando, ou melhor, se aprofundando é a política antidemocrática e repressora da parte da administração. A mais recente **política de restrição da permanência estudantil** veio caracterizada por uma medida totalmente elitista, discriminatória, burocrática. De acordo com o edital de distribuição de bolsas, como auxílio moradia, alimentação e transporte, o **estudante que conter uma dependência (DP)** se quer, em qualquer disciplina,

estará automaticamente fora do **processo seletivo** de concessão de bolsa. Isto é um absurdo, porque a grande maioria dos que carregam DP é, justamente, por não poder vir à universidade todos dias, por não ter condições de pagar o transporte - muitos moram até fora do Estado -; outro fator é que muitos trabalham e estudam e por questão de sobrevivência acabam privilegiando o trabalho em detrimento dos estudos. Ou seja, **as políticas de permanência estudantil, além de serem ínfimas, se tornam cada vez mais restritivas.**

Na UNIFESP a **política de autarquia** se expressa de maneira plena através do Conselho Universitário (CONSU), a principal instância de deliberações da universidade. É sempre importante lembrar que se trata de um conselho ultracentralizado, nas mãos de uma burocracia conservadora, composta majoritariamente por membros da Escola Paulista de Medicina (EPM). Uma associação privada - “Filantrópica” - que atua diretamente na universidade e administra o hospital universitário e ligada a muitos interesses, como investimentos públicos supostamente destinados pesquisas. Para se ter uma idéia, **o total de dinheiro que foi repassado de forma ilegal do orçamento da UNIFESP para a SPDM (Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina) supera 500 milhões de reais.** Uma quantia cinco vezes maior do que o orçamento estipulado para investimento nos *campi* de expansão da universidade. A luta por mudança na estrutura política da universidade, contra a corrupção e pela democratização vem sendo encampada pelos estudantes desde a criação dos campi de expansão, chegando a deflagrar um confronto direto entre estudantes e seguranças (de empresas privadas) - verdadeiros capangas do reitor - que fazem a segurança do prédio da reitoria.

Esta colocada para o movimento estudantil (ME) nacional a luta por uma **transformação política profunda na**

estrutura arcaica que permeia várias universidades; para que os estudantes e trabalhadores possam decidir de fato sobre os rumos da educação pública. É necessário que as organizações que pretendem dirigir o movimento tomem ciência da magnitude desta tarefa, é lamentável a postura de muitas das organizações estudantis diante das tarefas colocadas. Chamamos atenção para esta questão devido à abstenção que tiveram no último período de luta das universidades federais. Neste sentido, é preciso **colocar centralmente a tarefa de construir um movimento estudantil independente de reitorias, governos e burocracias, mesmo que estudantis, voltado para os problemas da educação, tanto pública quanto privada, e, centralmente, para as demandas dos trabalhadores.** A aliança operário-estudantil é necessária para construir um movimento social independente de governos e dos interesses dos patrões, além do mais, os trabalhadores constituem a parcela (classe) majoritária, explorada e produtiva da sociedade e a que mais sofre com os ataques dos governos e patrões. Por isso, entendemos que a atuação do ME deve estar concomitantemente ligada à ação dos trabalhadores.

Seguindo na luta...

Desde 2007 o **ME da UNIFESP** - apesar de algumas debilidades devido a sua inexperiência e por um sectarismo e ultra-esquerdismo débil, debate duro, mas fraterno que vimos fazendo já há algum tempo com o setor responsável por essa política divisionista - **se caracteriza por ser um movimento bastante combativo e, principalmente, independente da burocracia universitária e da União Nacional dos Estudantes (UNE).** Como citamos acima, tivemos muitas dificuldades principalmente por não poder contar com nenhum apoio das entidades estudantis de esquerda que poderiam contribuir com a avançando a luta.





Estudantes acampados na reitoria da UNIFESP

Citamos como principais responsáveis a CONLUTAS e a extinta e desmoralizada **CONLUTE (agora ANEL)**, que por ter surgido como alternativa a UNE (entidade vendida ao governo federal) tinha o dever de encampar a luta que enfrentávamos naquele período e, assim, ter mostrado a que veio. Mas **perdeu uma grande oportunidade de se tornar referência no cenário de luta em 2007 e 2008** contra as políticas do Reuni, dentre outras .

Estes elementos são necessários trazer à baila para que possamos pensar em como continuar avançando e tornar o ME na UNIFESP dotado de estratégias, políticas e métodos de organização pela base e massivo. Estas características decisivas faltaram em nossas últimas atividades e ações, o que causou uma divisão muito grande entre os estudantes, além de cairmos num ostracismo político e organizativo.

Neste marco, é necessário partirmos das **demandas mais específicas** de nosso campus, como a **permanência estudantil e a democracia no Conselho Universitário (CONSU)**. Agora, recentemente, ha uma medida chamada Câmara Acadêmica Transitória (CAT), esta surge para nos ludibriar dando um verniz mais democrático à burocracia Universitária. Esta medida traz **pseudo-ampliação da participação dos estudantes e funcionários** nas decisões referentes ao

campus. Em sua medula está medida contém a mesma **lógica antidemocrática**, pois mantém a minoria no poder de decisão, a “elite universitária”. Com esta proposta, os estudantes e funcionários continuarão com participação ínfima. **NÃO PODEMOS NOS ENGANAR!**

Outra demanda que não podemos mais retardar é a **pressão que devemos realizar para a inauguração do restaurante universitário**, popularmente chamado pelos estudantes como bandeirão. Não temos dúvida nenhuma que sua construção, mesmo que precária até então, foi uma vitória do movimento. Esta claro também que sua efetivação deverá passar pelo luta. Portanto, devemos reorganizar o movimento de maneira mais sólida, orgânica e. principalmente. pela base, buscando **unidade com as demais universidades e setores de luta**. Não podemos perder o tempo político, neste sentido, à **luta dos estudantes e trabalhadores da Universidade de São Paulo (USP) tem contribuído para uma nova conjuntura política**, trazendo novamente para a ordem do dia a possibilidade abrir uma conjuntura de avanço dos movimentos sociais. Devemos nos ater que esta escalada é uma resposta à crise econômica e de produção, que está cada dia mais instaurada em nosso país e no mundo, atacando ferozmente o conjunto da classe trabalhadora. Outro fator que

pensamos ser interessante, e importantíssimo para a luta de classes, é que o movimento da USP prova que a luta de estudantes e trabalhadores não está dissociada e que somente a unidade entre os setores de luta poderá de fato mudar o curso atual.

Sendo assim, devemos demonstrar nossa disposição de concreta e isso passa em reorganizar o ME criando fóruns de debate e formação política sobre temas como: democracia universitária (um tema importantíssimo e atual), projetos de lei que precarizam o ensino etc. Mas não ficar somente nos estudos, saber combinar a teoria com a prática, teorias e práticas revolucionárias **ocupando os espaços da universidade com comprometimento com as questões mais fundamentais - educação e trabalho**. Para concretizar este debate, propomos uma Assembléia de todo o campus com o objetivo de iniciar imediatamente uma jornada de lutas (atos, passeatas, greves, acampamentos, ocupações) até que todas as reivindicações estudantis - como inauguração do restaurante universitário, por exemplo - sejam atendidas. Precisamos dar passos para criar um processo de aglutinação política no interior da UNIFESP, com ações que irão fortalecer a mobilização unitária, massiva e permanente dos estudantes e demais setores comprometidos com a universidade pública para os trabalhadores. ■

mundo

Crise Laboral Mundial e Luta de Classes



A complexa mecânica do despertar operário

Por Roberto Sáenz

A mecânica da crise tem sido a seguinte: de uma crise “originada” no terreno da quebra hipotecária, logo trasladada por via da restrição creditícia a um retrocesso da produção mundial e, imediatamente, a uma grave reversão em matéria de comércio internacional, a preocupação começa a transportar-se ao impacto de todos estes desenvolvimentos ao mercado de trabalho internacional. Nestas condições, as razões para a crescente preocupação entre os poderosos acerca das possíveis conseqüências desta realidade são óbvias: a crise mundial do emprego esboça a possível emergência de um salto de envergadura nas lutas operárias a nível mundial. Sem embargo, apesar disso, é um fato que ante a magnitude da crise em curso, a resposta dos trabalhadores esta se expressando, todavia, de maneira desigual: tão desigual como o são também as circunstâncias políticas adversas nas quais a crise impacta e que têm a ver com a configuração específica de cada classe operária “nacional”, no que diz respeito tanto com suas dimensões de “classe em si”, como as de “classe para si”.

Como alertara agudamente Trotski: “os efeitos de uma crise sobre o curso do movimento operário não são todos unilaterais como certos simplistas imaginam. Os efeitos políticos de uma crise (não só a extensão de sua influência como também sua direção) estão determinados pelo

conjunto da situação política existente e por aqueles acontecimentos que precedem e acompanham a crise, especialmente as batalhas, os êxitos e os fracassos anteriores da própria classe trabalhadora. Sob um conjunto de condições, a crise pode dar um poderoso impulso à atividade revolucionária das massas trabalhadoras; sob um conjunto distinto de circunstâncias pode paralisar completamente a ofensiva do proletariado; e caso a crise dure demasiado e os trabalhadores sofram perdas em demasia, poderia debilitar extremamente não só o potencial ofensivo senão também o defensivo da classe”. Calibrar a medida da resposta da classe da classe trabalhadora à crise requer uma análise concreta do “ambiente” na qual a esta está impactando e que é o que permite ir metabolizando e traduzindo esta mesma crise em ações de luta e organização. Isto é o que pretendemos fazer no presente trabalho.

A emergência do desemprego de massas

Partamos de um sumário repassar da evolução da crise econômica nas últimas semanas. A mesma não fez mais do que aprofundar-se. O Banco Mundial acaba de emitir um sombrio panorama das perspectivas do ano de 2009. Pela primeira vez desde a Segunda Guerra, o produto mundial cairá ao menos em um ou dois pontos. Também informou que a produ-

ção industrial cairá, com respeito a 2008, uns 15%. Como a sombra ao corpo, o comércio também está em uma queda livre que o aproxima a índices similares aos de 80 anos atrás. [v] Não é por acaso que o Presidente da entidade, Robert Zoellick (colocado no cargo por nada mais nada menos que o mesmo G.W. Bush) assinou que “não se viam números deste tipo desde a II Guerra Mundial, ou desde os anos 1930”. Em síntese: a economia mundial está equilibrando-se entre uma crise recessiva inédita nos últimos 50 anos e a cada vez mais provável Segunda Grande Depressão do capitalismo contemporâneo. É esta mesma dinâmica que está impactando agora, em tempo real, sobre o mercado de trabalho mundial.

Neste contexto, vive-se o dramático salto nos índices de desemprego mundial. Como disse *The Economist*, os índices mais graves em décadas, sobretudo nos países centrais. Há que recordar que o índice de desemprego é outro dos indicadores da tendência a depressão mundial. Porque se bem que em termos absolutos se está distante dos picos da Grande Depressão, a aceleração que está tomando a demissão de milhões de trabalhadores mostra uma dinâmica similar à dos anos 1930. Naquela oportunidade, e sabido que em 1929 o desemprego se situava nos 3% nos EUA, disparou para



8% em 1930 e teve seu pior momento os 25% de 1933. Nestas condições, também do já conhecido informe da OIT acerca de 2009, se produziria a destruição absoluta de 50 milhões de postos de trabalho[vi], importa ver como o tema, região por região, como está afetando esta crise. Sua dimensão “teórica” é ingênua: a destruição dos capitais excedentes (excesso de capacidade instalada e fechamento de plantas industriais), se segue à destruição dos postos de trabalho que quem sem razão de existir. Assim funciona então a mecânica material da crise: o barateamento da massa de capital constante fixo segue também a do capital variável, tanto pela via do desemprego como por um correlativo aumento da produtividade do trabalho: mais mercadorias serão produzidas - quando a crise passar - com menos trabalhadores em condições de uma maior taxa de exploração.

EUA, Espanha, China e Brasil

Acerca do tópico que vimos tratando há pontos de referência de extrema importância por seu peso objetivo; trata-se dos casos dos EUA, Espanha, China e Brasil, casos-testemunho em matéria da emergência de situações de desemprego de massas. Verdadeiros laboratórios no que tem que ser observado em como a classe operária irá metabolizar a queda de suas condições de existência produzida pela crise e como irá se sobrepondo e respondendo a esta agressão. Oficialmente, mais de 20 milhões de pessoas tem problemas de trabalho nos EUA hoje. Mas não se trata somente dos EUA. Na Europa, o desemprego cresceu mais rapidamente em lugares como Espanha²[ix] e Irlanda³[x], onde os boom imobiliários são coisas do passado, mas a crise somente começa a impactar mais além. As taxas de desemprego em muitos países europeus são mais baixas do que nos EUA, mas isso é porque seus mercados de trabalho mais rígidos se ajustam mais lentamente à queda da demanda. Porém, dado o ritmo de queda das economias européias ninguém duvida que o pior está por vir. Para o final de 2010, o desemprego em muito do mundo rico está estimado para acima de 10%.

Neste sentido, o caso do Brasil é paradigmático na América Latina (bem

mais por seus perigos que por suas potencialidades), dado que é a maior economia da região. O dado de destruição de empregos em dezembro impactou pelo seu caráter descomunal, alcançando mais de 600.000 demissões, dinâmica que parece haver continuado em janeiro e fevereiro. Neste contexto, estão se produzindo situações como na fábrica de aviões da EMBRAER, onde foram demitidos 4.200 trabalhadores, em um total de quase 20.000. Quer dizer, claramente, produziu uma situação de demissões em massa que, apesar dos diversos recursos políticos e judiciais que está levando adiante sua representação sindical, não logrou gerar uma só medida de luta efetiva das bases frente à agressão.[xii] Está claro que isto poderia se transformar em um problema dramático, porque se este mau exemplo se multiplicar sem que se produza uma reação operária de acordo, as perspectivas operárias do país poderiam registrar um giro dramático.

Em síntese, o que se pode ver é a emergência de uma circunstância onde estão sendo colocadas na mesa índices de desemprego não habituais na normalidade do sistema - sobretudo entre os países do norte do mundo - e que em variadas circunstâncias configuram dramáticas situações onde o que está em jogo e a eventualidade de que se produzam situações de desemprego em massa.[xiii] Esta realidade é a que remete - no plano político - a uma questão mais ampla e delicada; a que tem a ver com a concreta recepção da crise entre os trabalhadores do mundo e seus processos de enfrentamento ao ataque capitalista que já está significando um tremendo martelar sobre suas condições de existência e consciência. Isto nos remete concretamente ao ciclo de lutas e processos de recomposição, além, em seu conjunto, de sua consciência e organização que podem emergir da crise.

O metabolismo social do desemprego

A dialética que estamos assinalando em matéria de emprego está inevitavelmente marcada por uma desigualdade nacional de circunstâncias. Há, porém, uma série de padrões comuns: mundialmente o capitalismo logrou fragmentar e dividir profundamente a classe trabalhadora nos últimos 30 anos. O assalaria-

mento se estendeu a olhos vistos, o número de proletários aumentou, mas cresceu com eles a atomização e fragmentação dos trabalhadores: uma classe trabalhadora cuja estrutura está marcada por uma série de “anéis concêntricos”. Isto se pode ver claramente em momentos onde a ligação mais débil tem a ver com todas as circunstâncias de contratações informais. Aqui, se superpõem várias “situações”: diferenciais de relação de contratação, questões geracionais, questões étnicas e migratórias. Desde outro ângulo, o que se põe sobre a mesa é toda a rica diversidade da classe operária mundial no que tem a ver com suas gerações, origens nacionais, diferenciais étnicos, etc, e como esta riqueza potencial, esta “universalidade” é aproveitada pelo capitalismo para o contrário: dividir, envenenar e empobrecer o conjunto da classe trabalhadora internacional.

Mundialmente, o capitalismo as engendrou para dividir cada classe operária “nacional” nas diversas situações de contratação, umas mais frágeis que as outras. Estas “figuras operárias” frágeis são as que vem sendo a primeira variável de ajuste da crise. No caso dos EUA, a imigração latina e a classe trabalhadora de cor; no caso da EU, trata-se da migração africana ou asiática; na China, do proletariado vindo do campo; em países latino-americanos, como a Argentina - socialmente muito “homogênea” - a variável de ajuste são os contratados. Em todos estes casos, esta importantíssima porção da classe operária mundial (estamos falando de quase a metade do proletariado mundial), opera como “válvula de segurança” do sistema que permite deixar na rua a franja mais débil da classe trabalhadora. Trata-se de uma “variável de ajuste” - ou mais conceitualmente, uma das leis contra-restante do capitalismo para a crise - que ao não afetar diretamente as porções mais estáveis da classe trabalhadora funcionam como um “colchão” amortecedor social para produzir demissões em massa sem que, no imediato - se tenha produzido uma resposta à altura da agressão. Este é um padrão internacional que explica materialmente também porque - mundialmente - a reação não está de acordo com o ataque em curso.



A lei dialética da passagem da passividade à ação

Mas todo o anterior não deixa que o caráter histórico dos índices que estão sendo colocados sobre a mesa expressa uma acumulação de tensões e a eventualidade de situações de desequilíbrio social que pode terminar estalando abruptamente sob forma de uma onda mundial de protestos. Na dinâmica de aprofundamento da crise e do fechamento puro e simples de fábricas não há como não atacar o “primeiro círculo” de trabalhadores com contratos estáveis.

Sem embargo, é um fato que o problema estrutural que estamos assinalando se combina - neste primeiro momento - com outro que concerne mais a subjetividade da primeira reação frente a queda que nos rodeia. O medo acerca do qual estamos falando se desprende precisamente da “morte social” que significa - em muitos casos - o desemprego. [xvii] Está claro que a cobertura social varia de região para região tornando mais ou menos dramática a circunstância de estar sem trabalho. Por exemplo, globalmente, é muito mais importante na Europa Ocidental continental do que nos EUA, Inglaterra ou mesmo China. Recorde-se a respeito do EUA o dado que citamos acima: se a taxa de desemprego já é lá a mais alta em 25 anos, a recuperação de um novo emprego é a mais difícil em 50 anos! Precisamente esta realidade se expressa em uma tendência de ordem metabólico-social: sempre para a classe trabalhadora resultou mais difícil enfrentar situações de demissões em massa. Pelo menos em um primeiro momento; é que custa a se fazer uma composição de lugar e encontrar pontos de apoio quando o mundo cai a olhos vistos ao seu redor; além disso, no lugar de trabalho, isto coloca materialmente a classe trabalhadora na defensiva, diferentemente das situações onde predomina o pleno emprego que habitualmente facilitam a pressão pela recuperação dos salários ou das condições de trabalho.

O metabolismo social do desemprego funciona assim - inicialmente - como um fator paralisado [xix]: psicologicamente trata-se da idéia de que “a mim não tocará” ou que a mesma “será só passageira”. E no mesmo sentido, por exemplo, sobre a situação da Irlanda. Em

síntese, fatores estruturais e psicológicos se combinam para dificultar a reação inicial da classe trabalhadora aos ataques capitalistas. Todavia, passado o tempo, vale a lei dialética do salto de quantidade em qualidade: quando o efeito dos ataques concerne já a maioria social dos trabalhadores, quando não restam recursos econômicos e subjetivos para acreditar-se que não vá ser tocado, quando comecem, aqui ou ali, a acontecerem experiências de luta que servem de ponto de referência ou exemplo para os demais, a situação pode virar 180 graus para um aumento das lutas operárias, tem como ocorreu por exemplo nos EUA da Grande Depressão de 1933, o maior aumento das lutas trabalhadoras até hoje. A distância entre o constante agravamento da situação objetiva e a consciência da classe trabalhadora podem tender dialeticamente a fechar um período. Eventos explosivos vão ajudar nesta dinâmica. Na borda do abismo a massa de trabalhadores vai questionar o sistema capitalista, muitas vezes sem idéias claras acerca do que pode ser posto em seu lugar. É precisamente esta mesma lei materialista dialética a que acaba de funcionar na seqüestro de dois altos funcionários da Sony no sul da França: “Impedir que o executivo deixasse a fábrica era a nossa última chance. Não tínhamos nenhuma outra alternativa.” [xxii] Em síntese: a dialética da luta de classes pode terminar fazendo da necessidade de enfrentar a catástrofe uma virtude para empurrar a classe trabalhadora mundial para a luta. É esta mecânica que seguramente entrará em ação uma vez passada esta primeira fase do desastre econômico mundial.

A possível emergência de um novo movimento trabalhador

Marx utiliza os conceitos para dar conta da situação da classe trabalhadora: os planos da classe em si (a dizer, a análise de sua situação estrutural do que acabamos de dar conta) e da classe para si (como fato subjetivo, seus níveis de consciência e organização). Estes planos são muito importantes para compreender hoje o impacto da crise e os inibidores e desencadeantes da luta. Trata-se que a classe trabalhadora a nível mundial - mais além de suas desigualdades - emerge nesta crise saída de 30 anos de contra-refor-

mas e transformações antitrahadoras, tanto no plano estrutural, como sindical e político. Daí que não ser mecânica a resposta frente a agressão capitalista de fazê-la pagar pela crise.

Estruturalmente, já temo feito referência às condições de atomização e fragmentação em toda uma série de condições contratuais, além do rol que cumpre a imigração, o fator étnico ou a simples “exportação” para outro país de toda uma classe trabalhadora, como ocorre no caso da América central. Mas a este elemento estrutural esta se começando a sobrepor outro de ordem revolucionária no terreno da subjetividade. Por exemplo, nos EUA está colocada a eventualidade de uma re-sindicalização maciça da classe: se na década de 1950 35% da classe trabalhadora estava sindicalizada, agora, a duras penas, alcança-se 8%. Hoje, para formar um sindicato, em lugar de trabalho há que se passar por um plebiscito secreto que autorize tal coisa, plebiscito a mais das vezes manipulado pelo patrão. Todavia, hoje, no calor da crise, parecem estar abrindo-se brechas nesta situação, brecha por onde poderia passar um concreto processo de reorganização sindical dos trabalhadores estadunidenses, um pouco como ocorreu também nos anos 1930.

Inibindo estes possíveis desenvolvimentos em matéria de luta e organização está, por suposto, o decisivo papel das burocracias sindicais em mediar todo possível processo de luta e de reorganização. Ver por exemplo o caso da França, onde entre uma e outra convocatória da jornada nacional de luta decorreram praticamente dois meses! Isto se pode apreciar também nos EUA, hoje. Ver o papel da burocracia nas indústrias automotrizas entregando uma a uma as conquistas dos trabalhadores sem chamar a uma só medida de luta.

Queremos reafirmar aqui uma das possíveis tendências da crise da crise da dimensão de classe para si dos trabalhadores na ordem mundial: a eventualidade de desenvolvimentos progressivos no terreno da organização dos trabalhadores ao calor da crise. Um exemplo óbvio por sua importância é o do mesmo EUA. Muitos analistas estão assinalando o impacto da eleição de um presidente de cor,





sobretudo entre a classe trabalhadora do sul do país, hoje dramaticamente dividida pela cor e por racismo. O que vai acontecer com esse trabalhador branco do sul que se identificava mais com o patrão branco que com seu companheiro de cor, agora que o presidente é negro? Esta interrogação tem a ver com o aproveitamento das maiores possibilidades eventuais de sindicalização de novos e mais dinâmicos setores da classe trabalhadora norte-americana, como contraditório efeito de uma série de leis trabalhistas que poderia por em cheque o governo de Obama.

Para além de se julgar se estas apreciações e apostas estratégicas estejam corretas ou não (fica a dúvida acerca do papel imprescindível dos pesos pesados da classe trabalhadora ianque), elas expressam muito bem o tipo de questões que se colocaram entre o proletariado ianque, talvez as mais importantes desde o avanço dos anos de 1930.

Quando se pode quebrar o equilíbrio social das classes

Todavia, o anterior não apaga que se esteja vivendo já as primeiras manifestações de radicalização como subproduto da crise, ainda que não sejam de todo generalizadas: “Se queremos ficar ingratamente impressionados, não há mais que colocar um mapa na parede e começar a marcar alfinetes vermelhos onde já tenham sucedido episódios de violência. Atenas (Grécia), Longnan (China), Porto Príncipe (Haiti), Riga (Letônia), Santa Cruz (Bolívia), Sofia (Bulgária), Vilnius (Lituânia) e Vladivostok (Rússia) serviriam para iniciar. Muitas outras cidades, de Reikjavic, Paris, Roma, Zaragoza, Moscou e Dublin foram testemunhas de importantes protestos provocados pelo crescente desemprego e queda de salários. Se cravássemos alfinetes de cor laranja nestas localidades – nenhuma, entretanto, nos EUA – nosso mapa pareceria arder de atividade. E se você for um jo-

gador ou jogadora, a aposta segura será bastante provável a de que este mapa será mais povoado de alfinetes vermelhos e laranjas”. [xxvii]

Neste sentido, o mais avançado exemplo de luta operária mundial foi o momento da greve geral revolucionária nas reduzidas ilhas de Guadalupe e Martinica: greve geral que obrigou ao governo de Sarkozy a firmar um compromisso de 170 pontos, incluindo salários, condições de contratação, etc. A luta teve características semi-insurrecionais: a central sindical organizou em volta dela praticamente toda a comunidade durante os 44 dias de greve geral; o “Coletivo contra a Exploração” foi, ao longo de semanas e semanas, um verdadeiro poder paralelo na ilha.

Não se trata de que se tenha visto somente no caso de Guadalupe e Martinica ações operárias radicalizadas. Como



já temos assinalado, na fábrica Sony, no Sul da França, os trabalhadores tomaram de refém por toda uma noite a seus patrões. Somente os deixaram ir quando estes se comprometeram a pagar as indenizações correspondentes pelas demissões geradas pelo fechamento da indústria. Tratou-se de uma dura medida de luta somente para cobrar uma indenização maior, mas o fato de esta ação seguida de outras similares neste país de enorme tradição de luta, não deixa de atuar como um símbolo poderoso das tremendas potencialidades que estão encerradas na classe operária e que poderiam se dobrar com a crise.

Concretamente, se o fechamento de fábricas se multiplicaram, se poderia estar ante a eventualidade de uma onda mundial de ocupações de fabricas. Ate agora, a que mais transcendeu internacionalmente foi a dos trabalhadores latinos de Chicago da “Republic Windows and Doors”, os que ocuparam sua fábrica ao

longo de uma semana, ainda que somente para cobrar sua indenização. Nestes momentos está se vivenciando uma série de ocupações em vários países, mas este é um fenômeno isolado e fragmentário. Sem dúvida, ante a generalização de situações de dispensa em massa, se poderia estender esse processo, questão em todo caso que cabe promover com todas as correntes revolucionárias. Ao mesmo tempo, em países arrasados pela experiência do tatcherismo, como a Inglaterra, também começam e se expressar sintomas - ainda que estejam cheias de contradições - de um possível despertar dos trabalhadores: é o caso dos operários de construção de refinaria.

Essa luta foi apresentada - de maneira interessada - como uma greve “racista”. Apesar de nossa distância dos acontecimentos, temos a impressão de que a coisa foi, ao mesmo, muitíssimo mais contraditório. A questão é que se tratou de uma das poucas greves selvagens na

Inglaterra dos últimos anos. Greve selvagem na medida que não seguiu os ultra-reacionários requisitos estabelecidos desde a época de Margaret Thatcher, no sentido de que para realizar uma miserável medida de força há que haver um plebiscito secreto prévio, antecipar a medida com meses e meses de antecipação, etc., todas questões que tendem a liquidar o caráter de luta de uma medida de força. Em síntese, o que está em jogo nesta nova atuação mundial aberta pela crise é que nos países mais característico da dominação capitalista mundial parecem estar acumulando condições de uma ruptura do equilíbrio social das classes de enormes proporções: alem da França (com toda sua tradição de luta), é o caso de EUA, da própria China, do Japão, da Inglaterra, etc.; nações centrais da dominação capitalista mundial que poderiam viver um auge de lutas operárias que terminaria virando a página, estabelecendo um marco histórico de luta de classes mundial.

[i] “Los costes humanos de la crisis financiera” in www.socialismo-o-barbarie.org.

[ii] *The Economist*, 12-03-09.

[iii] *Idem*, *The Economist*.

[iv] Neste sentido, o que se está observando é que os países que primeiro caem pelo tobogã da crise são os elos débeis do sistema. Esta vem sendo uma das características da crise em curso. Dentro deste pelotão de países e regiões que estão as portas da bancarrota, se conta com praticamente todos os países do Leste europeu: Hungria, os países bálticos (cruzados por recentes mobilizações violentas), etc. Isto suporia uma reversão de tendências de apreço ao capitalismo de mercado em contraste com o velho comunismo, uma questão evidentemente de importância e sobre cujas conseqüências a revista inglesa *The Economist* (por exemplo) acaba de acender uma luz de alerta. Mas não acaba aqui: também no caso da Irlanda, outrora exitoso modelo da globalização (o repúdio popular aos [v] A este respeito, um dado impactante é a queda do uso de grandes navios de transporta, que cada vez têm menos lugar onde ser fundeados.

[vi] Talvez mais impactante que isto é o dado que 45% da força de trabalho mundial poderia ter uma queda de ganhos para baixo de dois dólares por dia de trabalho (limite abaixo da reprodução da força de trabalho).

[vii] *Idem*, *The Economist*.

[viii] *Wall Street Americas*, 20-03-09.

[ix] Em cidades como Saragoça, o colapso da construção está significando que o crescimento do desemprego neste ultimo ano aumentou 75%, enquanto que na Espanha em conjunto, se pode passar do atual 15% (uma enormidade que afeta 3.3 milhões de trabalhadores) a um aterrador 20%, uma cifra comparável ao colapso argentino de 2001.

[x] O caso da Irlanda, ainda que um país pequeno, é paradigmático: resulta ser que o outrora “Tigre Céltico” cairia em uns 6% por cento em seu PIB (que se soma a uma caída de 3% do ano passado) e poderia ter um desemprego de 500.000 trabalhadores përa este final de ano, nem mais nem menos que 25% de sua força de trabalho remanescente da grande depressão. E tudo isto por não assinalar que o país poderia cair em insolvência.

[xi] *Idem*, *The Economist*.

[xii] A este respeito, ver a polémica que nossos companheiros de PRAXIS no Brasil vem sustentando com os companheiros do PSTU (os que desde o CONLUTAS têm a responsabilidade da direção do sindicato da fábrica): “EMBRAER: basta de superestrutura, organizemos a luta pela base”. En www.socialismo-o-barbarie.org.

[xiii] Sobre o importantíssimo caso da China, ver todos os dados que a este respeito apresentamos em nossa nota anterior: “Quando o comercio internacional entra em colapso”. www.socialismo-o-barbarie.org.

[xiv] *The Economist*, 12-03-09.

[xv] *The Economist*, 12-03-09.

[xvi] Kin Moody, *idem*.

[xvii] Este fenômeno já o observamos na Argentina na oportunidade da crise de 2001.

[xviii] “Los emergentes de la recesión”, en www.socialismo-o-barbarie.org

[xix] Esta mecânica que foi de paralisar a rebelião social que vivemos na Argentina em começos do século, experiência da qual se pode sacar muitos ensinamentos.

[xx] *Socialist Today*, n°126.

[xxi] *Socialismo Hoy*, n°126

[xxii] *The Independent*, Londres, 16-03-09.

[xxiii] León Trotsky, tomado del artículo “¿Salvar al capitalismo desde el Estado?”, Juan José Funes, en www.socialismo-o-barbarie.org

[xxiv] Kin Moody, *idem*.

[xxv] *Socialismo Hoy*, n°129.

[xxvi] “Perspectivas para un nuevo movimiento obrero”, Kin Moody, *Internacional Socialista Review*, n°64, marzo-abril 2009.

[xxvii] Michael T. Klare, 26-02-09, en www.socialismo-o-barbarie.org

[xxviii] Michael T. Klare, *idem*.

[xxix] *Socialist Today*, n°126.

(Endnotes)

Para responder a crise estrutural do capitalismo e aos grandes desafios dos trabalhadores:

unificação dos revolucionários em um único partido com direito a tendência

Por Antonio Carlos Soler

A ascensão operária dos anos 1978-80, que se estendeu por toda a década de 1980, possibilitou a criação do PT, partido que incorporou praticamente todos os setores dos trabalhadores e a ampla maioria das correntes revolucionárias no Brasil. Esta recomposição política da classe trabalhadora, processo que contou com elementos progressivos no seu início - uma construção difusa da independência de

classe - foi monopolizada por uma direção abertamente reformista.

A experiência da última década com o PT e com a CUT, bem como com o recente processo parcial de recomposição sindical e política dos trabalhadores, demonstra que as **organizações políticas revolucionárias isoladas - e atuando em perspectivas diversas - não podem responder a contento aos desafios da atualidade**, basta verificar os problemas enfrentados na condução

da CONLUTAS pelo PSTU, ou na atuação difusa das correntes no interior do PSOL.

Na atual fase da luta de classes é fundamental a construção de um forte partido marxista revolucionário. A construção deste partido passa, nesta etapa, por um projeto em que as tendências revolucionárias possam conviver em uma **mesma organização política sem que nenhum setor queira impor burocraticamente sua hegemonia**, pois só a experiência concreta na luta de

classes poderá auferir uma hegemonia autêntica. Em suma, o regime interno dos partidos revolucionários é um problema que deve ser formulado de maneira a responder às condições específicas da luta de classes, bem como do acúmulo de experiências em comum das várias correntes revolucionárias marxistas. Desta forma, em determinados momentos a unidade dos revolucionários demanda o direito de organização em tendências internas e públicas.



Ao fazer um balanço da experiência bolchevique em relação à luta entre as suas tendências, Trotsky apresenta algumas condições para que a existência de tendências não comprometa o regime interno

do partido e sua intervenção política, assim, "O partido revolucionário apresenta um programa e táticas definidas. Isso impõe de antemão limites determinados e muito claros em relação à luta interna

Como Trotsky via a questão das tendências nos interior dos partidos revolucionários

das tendências e agrupamentos (...) Mas se a discussão está enraizada na luta coletiva, submetendo-a à crítica e preparando suas novas etapas, a discussão é um elemento indispensável para o desenvolvimento." . Ou seja, a adesão ao programa revolucionário e, como não poderia deixar de ser, às táticas que dele derivam contribui para a luta política em torno de análises, táticas ou outros problemas não in-

viabilize a intervenção revolucionária na luta de classes. Ao contrário, pode, dentro destes critérios, enriquecer a política e a intervenção partidária, como nos bons tempos do partido bolchevique.

È evidente que não se pode combater nenhuma força centralizada com dispersão. O capital é uma força material centralizada



que utiliza todos os meios para se perpetuar, a organização política do trabalho não pode se dar sem a centralização de suas experiências, reflexões e ações. Assim, desde cedo a classe trabalhadora aprendeu que para enfrentar a classe dominante mesmo nas reivindicações mais imediatas precisa de uma organicidade centralizada e que a dispersão significa derrota iminente. A classe trabalhadora, em suas experiências, demonstrou que a centralização só pode ser eficiente se combinada com a possibilidade de refletir coletivamente sobre a sua luta, e essa livre reflexão coletiva da classe trabalhadora para ser eficiente não poderia se desvincular da prática coletiva. Esta experiência histórica foi captada, teorizada e aprofundada pelos partidos e teóricos (com destaque para Lênin) marxistas - sua aplicação e expressão mais profícua foi o partido bolchevique - e ficou conhecida sob o nome de centralismo-democrático. **A proposta de construção de um partido marxista revolucionário com direito a tendências leva a um problema que é tratado pelas seitas como um tabu, não como uma questão objetiva.**

A fórmula mais geral do centralismo democrático é amplamente reivindicada, nenhum partido ou organização, mesmo as que estão fora do campo e da perspectiva do marxismo revolucionário não negam esta fórmula algébrica. O pólo da democracia também é fundamental na fórmula algébrica centralismo-democrático/democracia-centralizada. Como o que está em questão é a necessidade de agrupar os marxistas revolucionários em um só partido, o debate em torno da democra-

cia e como esta se relaciona com a necessidade da centralização tem que ser objeto de uma análise mais aprofundada e de uma reflexão política mais intensa. A democracia, também, é um componente fundamental para que o partido possa construir coletivamente a sua linha de atuação, sem ela qualquer prática militante acaba caindo no praticismo.

O papel insubstituível da democracia operária

A democracia operária não é uma necessidade apenas dos partidos ou militantes marxistas revolucionários, mas do conjunto da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo e na edificação do socialismo, assim, para Lênin: "A luta dos operários contra os patrões, por suas necessidades cotidianas, lhes faz, por si mesma e de modo inevitável, abordar os problemas públicos, lhes faz estudar como se dirige o Estado russo, com o são feitas as leis e as normas e as quais interesses estes servem(...) A tarefa do partido não consiste em imaginar modismos para ajudar os operários, mas em aderir ao movimento operário, em iluminar o caminho e em ajudar os operários nesta luta".

Desta forma, a atividade democrática e autônoma é fundamental para a formação da consciência revolucionária de classe o que não substitui o papel de educador coletivo dos partidos revolucionários, sem estes a classe não pode vislumbrar as tarefas estratégicas e a atividade política sistemática que exige a superação da ordem. A experiência histórica do século XX demonstrou, dentre outras coisas, que a democracia operária é fundamental em todas as etapas da revolução socia-

lista, não apenas no período que antecede a tomada do poder, mas na constituição mesma da ditadura do proletariado. Sem a democracia direta os trabalhadores ficam desprovidos de um instrumento fundamental para construir uma nova sociabilidade, pois o socialismo não se impõe com medidas de cima para baixo (burocráticas) ou com inovações técnicas, assim a auto-atividade da classe trabalhadora tem como instrumento privilegiado de coesão, a democracia direta.

Uma verdadeira democracia interna não se faz apenas com o direito de se constituir agrupamentos, tendências ou mesmo frações internas. **A recente experiência com o PSOL demonstra que a existência de tendências internas não garante, por si só, a democracia de uma organização política. Outros elementos e garantias são fundamentais, tais como: uma organização partidária que garanta aos núcleos de base a participação real na elaboração e execução das linhas políticas, uma imprensa regular que garanta a linha central, reflita as principais campanhas e as elaborações e experiências locais. Não existem totais garantias formais antiburocratização que garanta a democracia interna,** Trotsky afirma que, "A saúde do regime depende em grande medida da Direção do Partido e de sua capacidade de escutar oportunamente a voz se seus críticos" e que a luta fracional entre revolucionários não pode se dar com os mesmos métodos de luta que ocorrem entre reformistas e revolucionários, assim "Quem transfere tais métodos ao trabalho na organização revolucionária revele imaturi-

dade política e falta de responsabilidade, ou esse individualismo anarquista que, na maioria dos casos oculta-se sob princípios sectários, ou, finalmente, que são elementos à organização revolucionária."

Como Lenin via a constituição da disciplina no interior dos partidos revolucionários

A experiência política da luta de classes, nos dois séculos que se seguiram, demonstram que a construção de um partido revolucionário depende da sua capacidade de se inserir nos processos mais dinâmicos da luta de classes, da sua capacidade em travar constantemente com os trabalhadores um diálogo político com o objetivo para, a partir das necessidades imediatas dos trabalhadores, construir as pontes para a estratégia socialista e capacidade de formar politicamente o conjunto de sua militância para que esta possa se apropriar criticamente do materialismo dialético.

Para Lênin, a disciplina no partido revolucionário depende não da submissão a hierarquia, mas em primeiro lugar "pela consciência da vanguarda proletária e por sua fidelidade à revolução, por sua firmeza, por seu espírito de sacrifício, por seu heroísmo. Segundo por sua capacidade de se ligar, se aproximar e, se quiserdes, de se fundir até certo ponto com as mais amplas massas trabalhadoras, antes de mais nada com as massas proletárias, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Terceiro, pela justeza da direção política que exerce esta vanguarda, pela justeza de sua estratégia e da sua tática política, com a condi-

ção de que as massas mais amplas se convençam desta justeza por experiência própria." Assim, nossa proposta não vai ao sentido de reproduzir a experiência do

PSOL, pois se trata da necessidade objetiva para os trabalhadores de construir um partido revolucionário e isto sem dúvida já é uma demarcação política central. A luta

interna no PSOL que se deu entre revolucionários e reformistas, infelizmente, como já dissemos, os últimos, por uma série de fatores objetivos e subjetivos,

ganharam esta batalha. Este chamado também leva em consideração a história política recente em torno das experiências ligadas a reorganização dos trabalhadores.



PSTU precisa romper com sua visão burocrática e mecânica de regime partidário

A mais famosa das lutas políticas entre os bolcheviques foi desenvolvida em momentos prévios à revolução de outubro, luta - encabeçada por Lênin - que tem no texto Teses de Abril um documento histórico. Neste período Lênin deu uma dura batalha pública contra o grupo dirigente que capitulava ao governo provisório. Os bolcheviques eram capazes de transformar as mais duras polêmicas em estratégias, linhas políticas e táticas fundamentais para o êxito inicial da revolução socialista na Rússia. A proibição das tendências no interior do bolchevismo foi uma medida extremada, um dos elementos que facilitou a "depuração" promovida pela fração burocrática, que se demonstrou no percurso da luta fracional contra-revolucionária, dirigida por Stalin. Para Trotsky: "semelhante resolução de-

monstra que em todo o período anterior - vale dizer, os dezessete anos em que o bolchevismo surgiu, cresceu, se fortaleceu e conquistou o poder - as frações formavam parte legítima da vida partidária, o que se reflete na prática".

Desta forma, **na história do partido bolchevique, da qual nos inspiramos de maneira crítica, não era estranha a luta política entre tendências que em muitos momentos ocorria de maneira aberta.** Trotsky reconhece que a proibição das tendências no décimo congresso do partido, apesar de se dar em uma circunstância excepcional permitiu o processo de burocratização, pois, "os acontecimentos posteriormente deixam absolutamente claro que a proibição das frações significou o fim do período heróico da história bolchevique e abriu caminho

para sua degeneração burocrática". Aqui nos parece que as reflexões de Trotsky sobre a rica experiência de como os revolucionários devem encarar a existência de tendências contribui para o debate, assim "A discussão de problemas graves não se concebe sem a formação de agrupamentos.

Em circunstâncias normais, estes se desenvolvem posteriormente no organismo partidário, sobretudo porque as novas experiências constituem a melhor prova nos casos em que existem diferenças políticas. Quando os grupos se convertem em frações permanentes, este fato constitui um sintoma alarmante do que ou as tendências em luta são absolutamente irreconciliáveis, ou que o partido



em seu conjunto se encontra em um ponto morto. Essa situação não se pode evitar simplesmente mediante a proibição de formar frações. Combater o sintoma não significa curar a enfermidade. Somente uma política correta e uma estrutura e métodos organizativos bons podem impedir que os agrupamentos temporários se transformem em frações ossificadas."

A idéia muito difundida no interior do PSTU em meio à luta entre tendências de que era necessário depurar ao máximo o pensamento políti-

co no interior do partido para que este pudesse enfrentar os desafios da luta de classes mais uma vez se demonstrou uma monstruosidade. A depuração política, se é que se pode chamar assim, é bem vinda quando se trata da luta entre projetos políticos antagônicos, como os vividos no interior do PSOL, onde o setor oportunista venceu a batalha, mas entre marxistas a "depuração", por mais que os "puristas" façam loas a ela leva normalmente a um empobrecimento político do partido revolucioná-

rio. Esclarecemos que esta proposta, que para se concretizar depende objetivamente da compreensão do PSTU e das correntes revolucionárias do PSOL, não é uma proposta de reedição do PSOL. Este, desde seu início da sua construção, nunca esboçou um projeto de construção de um partido revolucionário, pelo contrário, foi construída pelo MES & Cia. a ideologia de que era possível conviver "pacificamente" em um mesmo partido correntes revolucionárias e correntes reformistas.

Uma polêmica com os companheiros da Ler-qi: a unificação dos revolucionários hoje demanda o direito de tendência

Queremos aproveitar este espaço para fazer uma polêmica ao chamado de constituição de um partido revolucionário feito pelos companheiros da LER-QI por entender que sua formulação não abarca as condições necessárias para que as diversas correntes revolucionárias se lancem neste fundamental e enorme desafio que é a unificação dos revolucionários em uma só organização partidária no Brasil. **A nossa proposta vai ao sentido de construir um partido que coloque desde o início um programa claramente revolucionário e um método de funcionamento e uma direção condizente com esta estratégia.**

Ao fazer o chamado ao PSTU para que este assumira o projeto estar à frente do partido com tendência os companheiros da LER-QI consideram que, "Apesar de ser extremamente minoritário, poderia nesse momento dirigir um chamado à juventude e aos trabalhadores, que começam a tirar as suas próprias conclusões sobre o governo Lula, assim como as dezenas de organizações menores que também se reivindicam revolucionárias, para avançar na construção de um partido próprio dos trabalhadores, que ao contrário do PT, não passe para o lado dos capitalistas, aplicando efetivamente um programa e uma política revolucionária (...) Mantemos nosso chamado ao PSTU, que modifique sua política enquanto ainda é tempo, e encabece a construção de um partido revolucionário no Brasil, começando em primeiro lugar por abrir uma discussão sobre programa, métodos e estratégia política."

Como vimos insistindo a unificação dos revolucionários

demanda, é claro, todo um processo de discussão em torno a programa, métodos e táticas, sem os quais não se pode avançar um milímetro sequer neste objetivo. **Assim, nos diferenciamos da formulação apresentada pela LER-QI por compreender que a constituição de um único partido hoje, com as determinações atuais, exige um período em que as correntes revolucionárias possam continuar a existir após a unificação.** O problema inescapável é que existem trajetórias e experiências muito diversas, além de que, nenhuma das organizações existente, maiores ou menores numericamente, foi provada a fundo na luta de classes.

Hoje não existe condição para que nenhuma das frações revolucionárias possa estabelecer hegemonia sobre as demais, o que exige um regime partidário inicial onde, a partir de definições programáticas, táticas e metodológicas claramente revolucionárias, as correntes possam, a partir de uma experiência orgânica comum, ir superando suas diferenças pela experiência viva na luta de classes e do balanço sério e fraterno das políticas votadas pelos organismos comuns do partido. Ou seja, **se trata da necessária construção de um partido socialista e revolucionário que, como tal, conjugue as tarefas da independência política dos trabalhadores e a perspectiva da revolução socialista. Partido que pela natureza do processo atual em curso só poderá existir com a possibilidade de que as correntes políticas possam se organizar em seu interior, sem esta condição não é possível que o (re) agrupamento das forças marxistas revolucionárias, tarefa cada vez mais urgente.**

Irã



Começou a rebelião¹

Por Claudio Testa²

As eleições realizadas na semana passada no Irã tem sido um ponto de partida de uma rebelião que ameaça o regime teocrático instaurado depois da sangrenta derrota da revolução operária, estudantil popular de 1979.

Como os meios de (des) informação só falam do Irã para relatar as idas e vindas de Ahmadinejad com EEUU e para compará-lo com Chávez, convém fazer algumas breves precisões. E, primeiro lugar o regime iraniano não surge de um grande processo de rebeliões e lutas populares (como tem sido o da Venezuela), sim pelo contrário, **nasce da liquidação de uma das revoluções mais importantes** da segunda metade do século XX.

Um pouco de história

Em janeiro de 1979, depois de um ano de grandiosas mobilizações operárias, estudantis e populares, cai a ditadura do Xá (imperador) do Irã, um regime títere dos EEUU. Depois de meses de mobilização que sutaram milhares de mortos e feridos, o golpe final é dado pelos **operários do petróleo**, que se declaram em **greve por tempo indeterminado**. Esta se transforma logo em **greve geral**, a economia se paralisa, o exército se divide e um setor também se rebela, e o Xá foge para o estrangeiro.

Em todos os lugares de trabalho haviam se organizado comitês de greve, chamados *shoras*, que começam a assumir funções similares aos *sivets* (conselhos) da Revolução Russa, entre eles dirigir a produção, distribuir a comida, etc.

Estes processo revolucionário operário e popular foi finalmente aplastado pelo clero

xiita, um aparato burocrático-religioso que havia também intervindo nas lutas contra o Xá, e que se apoiava em setores da burguesia preteridos pelo antigo regime.

O regime teocrático que se instaura logo, **sobre os cadáveres de dezenas de milhares de operários, estudantes, militantes de esquerda e lutadoras feministas**, tem tido atritos intermitentes com EEUU. Isto tem havido, entre outros motivos, com a aspiração do imperialismo yanque de **exercer um controle absoluto** desta região. Este é um objetivo **estratégico** - comum a Obama, Bush e os governos anteriores -, que tem que ver com as imensas reservas de petróleo e gás, e com sua colocação geopolítica.

Cotudo, ao mesmo tempo, debaixo da mesa, **os governos do Irã tem colaborado com um dos empreendimentos coloniais mais infames e sanguinários do imperialismo yanque: a invasão e ocupação do Iraque**. Seus movimentos político-religiosos afins no Iraque, não só tem integrado o governo títere, mas jogado um papel fundamental nos sangrentos enfrentamentos sectários que dividiram a população e debilitaram qualitativamente a resistência.

A crise do regime

No Irã, o regime vem arrastando uma série de crises, desde muito antes de Ahmadinejad. Tem havido uma onda de privatizações neoliberais, que tem aprofundado os problemas, entre outros motivos pela **fenomenal corrupção** que infectado todos os poros deste regime. Tem-se enriquecido fabulosamente algumas franjas da burguesia, deixando a outras a minguas. Isto tem estimulado uma divisão nas alturas sociais e políticas do regime, que se tem ex-

pressado nas eleições.

Contudo, o realmente grave é o **quadro de conjunto da crise: abrumador desemprego**, especialmente na juventude, e uma **inflação galopante**. Até pouco tempo, a bolha dos preços dos hidrocarbunetos tinha dissimulado, e certa medida, los problemas estruturais da economia. Porém a abrupta e, sobretudo, o quadro de crises mundiais. Voltou a colocar as coisas em seus lugar.

O candidato “opositor”, Mr Hossein Moussavi, é também homem do regime, que por outra parte não permite candidaturas independentes (e muito menos de esquerda). No entanto, o trem da demagogia eleitoral, fez algumas mornas promessas democráticas. Isto lhe atraiu o apoio de grande setores, inicialmente estudantes poré logo também de trabalhadores urbanos dos setores modernos da produção (que la disparatada “sociologia” de nossos diários e TV chama de “classes médias”).

No entanto, os “opositores” ao estilo Moussavi não podem lara nenhuma saída progressiva a esta situação. Se as coisas avançam até o nível da caida de Ahmadinejad, os Moussavi & Cia. Serão os encarregados de recoppor as coisas, muito provavelmente através de acordos com EEUU, **que já vem negociando desde os tempos de Bush**. O único progressivo é **uma saída independente dos trabalhadores e estudantes do Irã**, que termine com este regime opressor e retrógrado, sem cair na armadilha “democrática” que o imperialismo quer impor como alternativa. (Endnotes)

¹ Publicado originalmente em *Socialismo o Barbarie*, periódico Nº 153, 18/06/09 in www.mas.org.ar.

² Traduzido por Antonio Carlos Soler.

Para adquirir a Revista Internacional Socialismo o Barbarie entre em contato por e-mail, telefone ou diretamente com os militantes do PRÁXIS



Praxis

CONTATOS:

grupo.praxis@yahoo.com.br

www.grupopraxis.org

www.socialismo-o-barbarie.org

SP (11)
8981-4878